

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 026

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE ABRIL DE 1999**

*(quarta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 002/99

Curitiba, 25.01.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa instituir a INTRANET PARANÁ, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, sem fins lucrativos, de interesse social, com sede e foro em Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tendo por finalidade a implantação e coordenação dos planos, programas e projetos de telemática de interesse do Estado do Paraná, bem como a implantação, expansão, operação e manutenção da rede paranaense de telemática. Visa, ainda, a adequação da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, considerando o Decreto nº 15, de 01 de janeiro de 1999, de nomeação do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e definição de suas atribuições.

A experiência de meu primeiro mandato na chefia do Poder Executivo, demonstrou a necessidade de dar maior dinâmica aos assuntos de cunho estratégico que coloquem o Paraná na posição proeminente que merece nos cenários nacional e internacional. Para isso criei por Decreto, apoiado na Lei nº 8.485/87, a função de Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, para a qual nomeei Alexandre Fontana Beltrão.

A Lei nº 12.020/98 garante recursos e estruturas para que o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia tenha a agilidade necessária para atender demandas estratégicas. Cabe ressaltar que metade dos recursos gerados pelo cumprimento do disposto no art. 205, da Constituição Estadual, é destinada a Projetos Estratégicos.

Em setembro de 1995 encaminhei mensagem a essa Assembléia Legislativa, visando a regulamentação do art. 205, da Carta Estadual, cujo projeto foi aprovado e, sancionado, transformou-se em lei em janeiro de 1998. Face a esse intervalo de tempo e, na certeza que a lei seria aprovada, autorizei à conta de antecipação dos recursos do art. 205, o andamento de programas e projetos estratégicos que hoje estão em fase adiantada de implantação. Cito entre eles a montagem da Rede Paranaense de Telemática, que está em plena operação e que interliga todas as instituições de pesquisa, tecnologia e ensino superior do Estado, já tendo implantado 30 teleportos, localizados de modo a atender todas as regiões do Estado. Essa rede permite que outros órgãos públicos possam dela se beneficiar, reduzindo custos de telefonia e transmissão de dados, acelerando a eficiência de serviços por uma informatização mais rápida, permitindo treinamento mais barato e mais eficiente de nossos recursos humanos e diminuindo a necessidade de viagens por parte dos membros da administração, com decorrente economia para os cofres públicos. Creio

que a institucionalização do Serviço Social Autônomo Intranet Paraná, nos mesmos moldes adotados com sucesso no Paraná Cidade, Paraná Tecnologia e em outros, dará a eficiência necessária para definitiva consolidação e expansão desse importante programa de telemática.

A medida ora proposta a essa augusta Assembleia Legislativa ensejará condições no sentido de que a Administração, através do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, continue impulsionando os projetos estratégicos que extrapolam ao quadro do ensino superior e dos órgãos de pesquisa e tecnologia do Estado, em consonância e sem prejuízo da boa gestão do disposto na Lei nº 12.020/98.

Prevê-se que outros programas estratégicos de iniciativa do meu primeiro governo, como a Uniamérica, o Centro de Design do Paraná e a Paraná Biotecnologia, todos em parcerias com organismos nacionais e internacionais, possam frutificar com rapidez sob a gestão do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos.

Assim, Senhor Presidente, ao submeter este projeto de lei à consideração da Assembleia Legislativa, tenho a certeza da boa acolhida do mesmo, pela sua relevância ao desenvolvimento de nosso Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

### Título I DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO INTRANET PARANÁ

#### Capítulo I DA NATUREZA E DOS FINS

Art. 1º - Fica instituída a INTRANET PARANÁ, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, sem fins lucrativos, de interesse social, com sede e foro em Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tendo por finalidade a implantação e coordenação dos planos, programas e projetos de telemática de interesse do Estado do Paraná, bem como a implantação, expansão, operação e manutenção da rede paranaense de telemática.

§ 1º - Para os fins desta Lei, as expressões "Serviço Social Autônomo INTRANET PARANÁ" e INTRANET PARANÁ se equivalem como denominação.

§ 2º - O exercício financeiro do INTRANET PARANÁ coincide com o ano civil.

§ 3º - A INTRANET PARANÁ reger-se-á por esta Lei e por seu Estatuto.

#### Capítulo II DOS FINS

Art. 2º - A INTRANET PARANÁ tem por objetivos:

I - planejar, promover e gerenciar projetos e ações relacionadas à telemática, de interesse do Estado;

II - implementar ações que assegurem o fomento e o desenvolvimento da telemática, através da execução de atividades de atração, incentivo à criação, ampliação e preservação de empreendimentos, bem como a disponibilização e exploração de áreas de interesses relacionadas às atividades da INTRANET PARANÁ;

III - prestar serviços na área de telemática e em áreas afins;

IV - prestar assessoramento com vistas à maior e melhor utilização da telemática no aumento da eficiência dos serviços públicos e privados, no Estado do Paraná;

V - expandir e facilitar o uso e o acesso da telemática, da Intranet e da Internet visando o desenvolvimento e o aumento da competitividade no âmbito do Estado do Paraná;

VI - prover aos organismos do poder público das esferas Federal, Estadual e Municipal das condições técnicas e tecnológicas adequadas para o melhor desempenho de suas atividades;

VII - coordenar e fornecer programas de treinamento, presenciais, interativos e a distância;

VIII - desenvolver estudos com vistas a analisar tecnologias, técnicas, métodos e a verificar a viabilidade técnica e econômica de projetos;

IX - gerir os recursos de qualquer natureza destinados ao desenvolvimento da telemática, em consonância com as diretrizes programáticas do Estado do Paraná;

X - gerir instrumentos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos;

XI - prestar apoio técnico e tecnológico e proporcionar estímulos de natureza física, financeira e de infra-estrutura aos empreendimentos instalados e a instalar;

XII - firmar convênios, acordos, ajustes ou contratos com instituições públicas ou privadas com vistas a cumprir suas finalidades;

XIII - fornecer bolsas e auxílios visando o desenvolvimento de trabalhos na área de telemática e em áreas afins, de interesse do desenvolvimento do Paraná;

XIV - promover e fomentar parcerias visando incrementar o uso e o desenvolvimento da telemática no Estado.

### Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - A Direção Superior do INTRANET PARANÁ é constituída:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa e consultiva, composto por 02 (dois) membros natos, sem direito a voto e 03 (três) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por um Superintendente e por até três Diretores Auxiliares;

§ 1º - Os membros natos do Conselho de Administração, a que se refere o inciso I deste artigo, serão constituídos pelo Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e pelo Secretário de Estado do Governo.

§ 2º - Os 03 (três) membros efetivos do Conselho de Administração da INTRANET PARANÁ serão livremente escolhidos pelo Governador do Estado.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração, uma vez cumpridas as formalidades de registro da INTRANET PARANÁ, de que trata esta Lei, reunir-se-ão pela primeira vez sob a presidência do conselheiro mais idoso com direito a voto, para escolherem o seu Presidente e o seu Secretário, para cumprirem mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução.

§ 4º - Os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem à INTRANET PARANÁ, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 4º - Ao Conselho de Administração da INTRANET PARANÁ compete:

I - a aprovação do Estatuto da INTRANET PARANÁ;

II - a aprovação de seu Regimento Interno;

III - a análise e aprovação de plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;

IV - a delegação de competência à Diretoria Executiva para a prática de atos concernentes às atividades operacionais da INTRANET PARANÁ;

V - a deliberação sobre aplicação de recursos financeiros para projetos que lhe sejam apresentados pela Diretoria Executiva;

VI - a aprovação de demonstrativos contábeis e financeiros da INTRANET PARANÁ apresentados pela Diretoria Executiva;

VII - o exercício de outras atribuições indispensáveis à administração da INTRANET PARANÁ.

Art. 5º - Os membros do Conselho de Administração da INTRANET PARANÁ serão nomeadas pelo Governador do Estado, que reunir-se-ão sob a presidência do Superintendente da entidade, para a escolha de seu presidente e de seu secretário, para o mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 6º - Os membros do Conselho de Administração não responderão por atos que impliquem em responsabilidade civil praticados à sua revelia pela Diretoria Executiva.

Art. 7º - O Superintendente da INTRANET PARANÁ é o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, ou pessoa de sua indicação, a quem compete superintender, controlar e avaliar as ações e atividades nos termos dos planos, programas, projetos, produtos e serviços da INTRANET PARANÁ, com a observância do Contrato de Gestão de que trata a presente Lei.

§ 1º - O Superintendente da INTRANET PARANÁ não perceberá qualquer remuneração ou vantagem pelo exercício do cargo, que é considerado relevante para o interesse público.

§ 2º - Os Diretores Auxiliares da INTRANET PARANÁ são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente e remunerados conforme Plano de Cargos e Salários a ser estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - As competências, atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva da INTRANET PARANÁ serão definidas em seu Estatuto.

### Capítulo IV DA RECEITA

Art. 9º - Constituem receitas da INTRANET PARANÁ:

I - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras entidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

II - recursos provenientes do FUNDO PARANÁ e de outros;

III - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou privadas e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;

IV - recursos provenientes da venda de imóveis, móveis, produtos e da prestação de serviços;

V - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

VI - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes, contratos, participações e parcerias

celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VII - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

## Capítulo V DO PATRIMÔNIO

Art. 10 - O patrimônio da INTRANET PARANÁ será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao INTRANET PARANÁ.

Art. 11 - Extinguindo-se a INTRANET PARANÁ, os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, salvo se Lei Especial prescrever destinação diferente.

## Capítulo VI DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 12 - O Serviço Social Autônomo INTRANET PARANÁ criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Estado do Paraná.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta Lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, na pessoa de seu Governador, com a interveniência do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e da Secretaria de Estado do Governo e a INTRANET PARANÁ, por intermédio de seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade e, também, dos seguintes preceitos:

I - fixar as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da INTRANET PARANÁ;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, para as atividades geridas pela INTRANET PARANÁ, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de material de consumo;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com

despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades a cargo da INTRANET PARANÁ, de que trata esta Lei.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pelo Secretário de Estado do Governo e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela direção ou pela fiscalização.

Art. 13 - A INTRANET PARANÁ poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias, consórcios e empréstimos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar a sua missão institucional e cumprir os seus objetivos, atendidas as exigências constantes do Contrato de Gestão e do Estatuto, referidos nesta Lei.

Art. 14 - A INTRANET PARANÁ fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributário.

Art. 15 - A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, bem como os demais Serviços Sociais Autônomos vinculados por cooperação à Administração Pública Estadual, ficam dispensados de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a INTRANET PARANÁ, para as atividades contempladas no respectivo Contrato de Gestão.

## Capítulo VII DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - A INTRANET PARANÁ encaminhará, anualmente, ao Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, que enviará à Assembléia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Plano de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e correspondentes, bem como os Orçamentos do exercício anterior com a prestação de contas dos recursos aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenho gerenciais cabíveis.

## Capítulo VIII DO ESTATUTO E DO REGISTRO

Art. 17 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da INTRA-

NET PARANÁ, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da presente Lei.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Superintendente e o Secretário do Conselho de Administração procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta Lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - Caberá à Diretoria Executiva ou a qualquer membro do Conselho de Administração a proposição de alteração do Estatuto, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros.

## Capítulo IX

### DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 18 - As ações da INTRANET PARANÁ compreendendo todas atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços e de sua responsabilidade, serão exercidas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocupantes de cargos de carreira, de provimento permanente ou em comissão, e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único - A admissão em cargo de carreira de provimento permanente na INTRANET PARANÁ depende de prévia aprovação nos termos do Plano de Cargos e Salários de que trata esta Lei.

Art. 19 - A Diretoria Executiva da INTRANET PARANÁ promoverá no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta Lei, a elaboração do Plano de Cargos e Salários, a ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Administração, o qual definirá e quantificará os cargos e funções necessários, estabelecerá a política salarial e de benefícios dos empregados, e instituirá o Plano de Carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

Parágrafo Único - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos, anualmente, observada a legislação em vigor.

## Título II

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - O inciso III, do art. 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“III - para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e

entidades públicas ou privadas que se enquadrarem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ, até o limite de 46% (quarenta e seis por cento) do FUNDO PARANÁ”.

Art. 21 - Ao art. 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, fica incluído o inciso IV, com a seguinte redação:

“IV - para a elaboração de estudos e projetos estratégicos a serem coordenadas pelo Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, até o limite de 4% (quatro por cento) do FUNDO PARANÁ”.

Art. 22 - Fica revogado o inciso V, do art. 20, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 101/99, do Senhor Jackson Proença Testa, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade, exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1040/99, da Senhora Alcyone Saliba, Secretária de Estado da Educação, encaminhando Relatório de Atividades do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO, relativo ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 754/99, da senhora Maria Elizabeth Santiago Contreiras - Secretária de Políticas de Emprego e Salário, comunicando convênio celebrado entre a União/Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas do Emprego e Salário, e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, sendo intervenientes o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e a Delegacia Regional do Trabalho. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 166/99, do Senhor Ney Leprevost Neto, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, encaminhando Relatório Operacional do Contrato de Gestão celebrado entre o Serviço Social Autônomo ECOPARANÁ e o Governo do Estado do Paraná, e a correspondente prestação de

contas dos recursos nele aplicados. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 090/99, do Senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Relatório de Gestão 1998 do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Antonio Carlos Romanoski, Presidente do Instituto Paraná Desenvolvimento, encaminhando Relatório de Atividades do Instituto. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, requer à Mesa seja incluído o nome do signatário na composição do Bloco Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa.

Foi feita uma primeira indicação de membros através do Requerimento protocolado sob nº 2336, de 17 de março de 1999, lido no expediente da sessão ordinária de 16 de março de 1999.

Considerado a importância das gestões no sentido do desenvolvimento dos municípios, tratando-se das células básicas do Estado, onde os problemas são refletidos com maior intensidade, porque é nesse território que as pessoas desenvolvem suas atividades cotidianas e se envolvem mais diretamente com as demandas diárias da população.

A união dos Parlamentares em torno da estruturação dos municípios é a questão de sobrevivência não só para o Estado, mas também para a unidade federativa. Em tempos de dificuldades econômicas, somente o crescimento dos municípios poderá fortalecer o Estado como um todo. Assim, o funcionamento do Bloco Parlamentar Municipalista nesta Assembléia demonstra a consciência dos Nobres Pares em relação ao lugar de destaque que merecem os municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO BELINATI

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Resolução

nº 008/99, que visa alterar a redação da Resolução nº 017/93, autorizando a realização de plebiscito para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, através de desmembramento de parte territorial do Município de Sengés.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei nº 166/99, relativo à Mensagem Governamental nº 002/99, que dispõe sobre a instituição da INTERNET Paraná, Serviço Social Autônomo.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja arquivado o Projeto de Lei nº 125/99, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação dos seguintes Projetos de Lei nº 024/96, nº 026/96, nº 027/96, nº 066/96, nº 103/96, nº 113/96, nº 126/96, nº 127/96, nº 131/96, nº 132/96, nº 146/96, nº 147/96, nº 175/96, nº 208/96, nº 220/96, nº 322/96, nº 358/96, nº 359/96, nº 361/96, nº 362/96, nº 392/96, nº 412/96, nº 423/96.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

### REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação dos seguintes Projetos de Lei nº 219/95, nº 332/95, nº 346/95, nº 373/95, nº 387/95, nº 471/95, nº 470/95, nº 487/95, nº 488/95, nº 505/95, nº 537/95, nº 551/95, nº 556/95.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

### REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 479/97 e posterior anexação do mesmo ao Projeto de Lei nº 02/99, que se encontra na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, tendo em vista tratar-se de assunto idêntico, doação de imóvel ao Instituto Paranaense de Cegos.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o apensamento do Projeto de Lei nº 126/99, que trata de incentivo fiscal para as Artes Cênicas ao Projeto de Lei nº 09/99, que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura.

O objetivo do presente é em função da similitude da matéria.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja formada uma Comissão Especial para acompanhar as negociações entre os Comerciantes atingidos pelo lago da Usina de Salto Caxias, junto com o Governo do Estado e COPEL, composta por sete (07) Deputados, com duração de 60 dias.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) CAITO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a destinação de horário no Grande Expediente, no dia 19 de abril do corrente ano, para que o Poder Legislativo preste homenagem pela passagem do 22º Aniversário da Polícia Militar Feminina do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo

pesar pelo falecimento do Médico, Dr. Marino Pereira ocorrido em 08 de abril/99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada a ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 83 anos de idade faleceu, nesta Capital, dia 08.04.99, o médico, Dr. Marino Pereira, que era filho de Heitor Pereira e Maria Ignês Pereira.

Deixou viúva dona Gertrudes Schmidt Pereira.

O passamento do Dr. Marino Pereira veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, este Deputado.

O Dr. Marino Pereira de tradicional família paranaense era ex-Prefeito de Apucarana, ex-Deputado Estadual no período de 1962 a 1966.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Marino.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Dr. Marino Pereira não terá fim, desde agora e para todo o sem-pre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Marino Pereira para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho no amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Marino Pereira sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo, com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermediário deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam consignados por esta Casa



de Leis votos de congratulações ao Reverendíssimo Cônego Ângelo Banki, Vigário da Paróquia de São João Maria Vianey, de Paçandu, pelo transcurso de 41 (quarenta e um) anos de Sacerdócio e de 25 (vinte e cinco) anos de seu apostolado naquela Paróquia.

Requer, outrossim, seja registrado este fato nos Anais desta Casa de Leis, dando ciência do feito ao interessado.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Cônego Ângelo Banki nasceu na Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, em 12.07.1927. É filho de pais japoneses: Júlio Banki Satoro e Sofia Banki, de uma família de dez (10) filhos.

Seus estudos de 1º e 2º Graus foram feitos no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, pertencente aos Padres Jesuítas.

Em Nova Friburgo, com formação jesuíta, licenciou-se em Filosofia Pura e em Pedagogia.

Lecionou, por três anos, no Colégio São Francisco Xavier, na Capital de São Paulo, participando também de ações sociais e religiosas junto à Colônia Nipo-Brasileira de São Paulo.

Em 1.955, seguiu para Tóquio, no Japão, onde se licenciou e bacharelou em Teologia, tendo recebido do Governo Japonês o Título de “Master of Divinity”.

Ordenou-se padre jesuíta na Catedral de Tóquio no dia 18 de março de 1958.

Voltando para o Brasil, foi nomeado Reitor e Diretor do Colégio São Francisco Xavier, de São Paulo, função que exerceu por quatro anos.

Posteriormente, voltou para o Japão, para estudos de especialização, por quatro anos, tornando-se Professor Assistente da famosa “JOCHI UNIVERSITY”. Nessa época, publicou três livros e fez Curso de Religiões Orientais.

Voltando ao Brasil, foi Professor e Orientador Educacional no Colégio São Luiz, de São Paulo.

Por insistência de D. Jaime Luiz Coelho, então Bispo de Maringá, junto à Congregação dos Padres Jesuítas, foi transferido para a Diocese de Maringá, tornando-se Pároco de Paçandu e de Água Boa, em 27.01.1974.

Em Paçandu, inaugurou a Igreja Matriz de São João Maria Vianey - Santo Cura D’Ars, em dezembro de 1974. Construiu ainda a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes e de São José, no Distrito de Água Boa, além de iniciar a construção da Igreja de Jesus Bom Pastor, do Jardim Pioneiros, em Paçandu.

Participou ativamente da construção das Creches: Lar e Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, de Paçandu e Helena Fregadoli Dias, do Distrito de Água Boa.

Em 11 de junho de 1992, a Câmara Municipal e o Prefeito Municipal de Paçandu outorgou-lhe o Título de Cidadão Benemérito de Paçandu, através da Lei Municipal nº 662/92.

É conhecido por seu espírito alegre e jovial, tratando a todos os seus paroquianos com muita afeição, dedicação e espírito cristão.

#### REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, alusivos ao dia do Jornalista, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Sindicato, Emerson de Castro Firmo da Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Loureiro, 211, CEP: 80.010-140, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao “Projeto Plantão Sorriso”, fundado em 1996, na Cidade de Londrina/PR, que presta relevante assistência às crianças hospitalizadas, no Hospital Universitário de Londrina.

Requer, ainda, seja dado ciência aos integrantes do Projeto, através de sua Coordenadora, Luciana Bazzo Bertoncini, na Rua Fernando de Noronha, 651/1004, daquela localidade.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto “Plantão Sorriso” presta atendimento à criança hospitalizada, todas as terças e quintas-feiras, no Hospital Universitário de Londrina.

Trata-se de projeto cultural, sem fins lucrativos, integrado por atores especializados em técnicas circenses e com formação básica na arte do palhaço. Os atores são treinados para atuar em enfermarias hospitalares.

O objetivo principal desse projeto é contribuir para a humanização do ambiente hospitalar através do teatro, minimizando o sofrimento das crianças hospitalizadas.

#### REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes pela sua investidura como a primeira mulher a assumir o honroso e mais alto cargo da Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Excelentíssima Sra. Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da Sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica e mais se aproxima da perfeição.

Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio, que acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e abnegação que só os heróis podem abraçá-lo.

O nome da Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, vem nimbado de uma justa auréola de austeridade e competência. Por onde passou se fez sentir pela correção e justiça de suas atitudes, saindo capacitada para a difícil arte de julgar, sendo em 1992 nomeada como a primeira mulher ao Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Sua trajetória na Corte de Alçada veio somente engrandecer o papel da mulher.

Agora veio para o Tribunal de Justiça trazendo consigo um passado de honra.

Estamos certos de que a expectativa dos paranaenses não será iludida e que as tradições de honradez serão mantidas.

#### REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações aos 21 anos do Mercadômóveis, firma essa eminentemente Pontagrossense, a qual gera centenas de empregos em Ponta Grossa e nos Campos Gerais.

Muita competência, seriedade e trabalho são as marcas do crescimento da organização comandada por Jeroslau Paulik, família, diretores e funcionários.

Tudo começou com uma loja de pequeno porte, e com muito esforço e união da família, o Mercadômóveis se transformou em uma empresa de destaque no Paraná.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Mercadômóveis, em nome de Jero-

slau Paulik, diretores e funcionários na Av. Dr. Vicente Machado, 1570/201 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 14.04.99

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de congratulação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cascavel, pela passagem de seu 39º aniversário, completado no último domingo, dia 04.04.99, conforme justificativa exposta a seguir.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

A ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cascavel completou 39 anos no último domingo, tendo em sua história a participação de incontáveis empresários que cooperaram com o desenvolvimento do progressista município do Oeste paranaense, agora representados pelo dinamismo do atual presidente da entidade, José Filippón.

Para melhor registro do fato, transcrevemos abaixo o texto emitido pela Diretoria de Comunicação da ACIC, marcando a passagem do 39º aniversário da entidade:

Apontada, como uma das entidades mais atuantes do gênero no País, a Associação Comercial e Industrial de Cascavel completa neste domingo, 39 anos de fundação. Integrada hoje por 960 pequenos, médios e grandes empresários, a ACIC tem forte atuação não só como ponto de apoio e defesa da classe empresarial, mas especialmente como ponto de convergência da Comunidade Cascavelense em defesa das principais reivindicações de caráter local e regional.

Paralelamente, a entidade vem ampliando sua presença na área de prestação de serviços. Segundo o presidente José Filippón, além do Serviço Central de Proteção ao Crédito em constante processo de atualização tecnológica, a ACIC oferece assessoria jurídica gratuita, espaço para Sindicatos Patronais, escritório da Junta Comercial do Paraná, modernos sistemas de comunicação e informação, cursos e treinamentos e serviços de apoio.

#### ABERTURA À PARTICIPAÇÃO

Reconduzindo à Presidência em razão do falecimento do titular Pedro Boaretto, em dezembro do ano passado, Filippón lembra que a ACIC é hoje o resultado do trabalho de sucessivas Diretorias, "que souberam manter o rumo, sem transigir nem ceder a pressões externas ou alheias".

Entre as prioridades da Diretoria, Filippón destaca as grandes frentes regionais como a consol-

idação da UNIOESTE, melhorias no atual aeroporto e construção do novo e transformação do HR em Universitário, além da manutenção dos serviços já existentes e criação de novos, como o “Programa de Comunicação Interativa”, ampliação do programa de cursos e treinamentos e ampliação do programa de apoio à exportação.

Outra área de atenção especial é a que visa ampliar a abertura da ACIC à participação e formação de novas lideranças empresariais, através dos Conselhos da Mulher Executiva e Empresária e do Jovem Empresário e das Câmaras Setoriais.

#### OS FUNDADORES

Fundada em 4 de abril de 1960, a ACIC teve como sócios fundadores os seguintes empresários: Altamir Silva, Walter Linsmayer, Teodoro Colombelli, Waldemar Bomm, Jorge R. do Vale, Antonio Damian, Edo Peixoto, Ardilho Sonda, Ferdinando Maschio, Adelar Bertolucci, Algacy Biazetto, Hermes Vessaro, Hilário Zardo, João Batista Leme Jr., Airton Camargo, Itacir A. Luchesa, Adolfo Cortesc, Alceu Ivo Zanardo, Amadeu Pompeu, Agenor Mioto, Vilson Jofre S. Santos e Altevir Braganhollo.

#### REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações a Jornalista Teresa Urban, alusivos ao lançamento do seu livro Saudades do Matão, no dia 13 de abril do corrente ano.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Brigadeiro Franco, 549, CEP 80430-210, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques pelo transcurso do seu 35º aniversário de emancipação política no próximo dia 28 de abril de 1999.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Altair Zeniewicz, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Senhor Rubin Pilger, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e

cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira cidade de Capitão Leônidas Marques, no próximo dia 28 do corrente estará comemorando seu 35º aniversário de emancipação política.

Queremos, com esta proposição, homenagear toda a população de Capitão Leônidas Marques, nesta significativa data, almejando um futuro de paz e muito progresso para o bem estar de todos.

Temos certeza que o trabalho conjunto, a união de forças, são o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados ao longo desses 35 anos de emancipação politicamente organizada.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população que acredita num futuro próspero para o seu município, todo o seu reconhecimento e admiração.

#### REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Município de Bocaiúva do Sul, pela passagem de seus 128 anos.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Quando do descobrimento e povoação dos Campos de Curitiba, existia no planalto curitibano uma localidade chamada “Arraial Queimado”, denominação devida a um devastador incêndio ocorrido na povoação. Neste lugar, mais tarde, surgiu a cidade de Bocaiúva do Sul.

O povoamento de Bocaiúva do Sul efetivou-se pelo trabalho desenvolvido pelo Sr. Manoel José Cardoso e sua família, que era numerosa. Outras famílias tradicionais do local deram estabilidade social, cultural e econômica a Bocaiúva do Sul, que em 22 abril de 1870 foi elevada através da Lei Provincial nº 250 a categoria de Freguesia. E em 12 de abril de 1871 foi criado o Município de Arraial Queimado, com território desmembrado do Município de Curitiba, sendo instalado na mesma data.

O advento da República trouxe boas novas ao Município, que recebeu a denominação de Bocaiúva em 11 de janeiro de 1890, através do Decreto-Lei nº 19, numa homenagem ao então Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva.

Em 14 de julho de 1932, pelo Decreto-Lei nº 1703 foi extinto o Município de Bocaiúva, sendo que dois anos após, pela Lei Estadual nº 705 de março

de 1934 eram restabelecidos sua jurisdição e território, ampliado com o que pertencia ao também extinto Município de Epitácio Pessoa. Novo decreto alterou sua denominação para Imbuial que foi um nome que não vingou, voltando à antiga denominação de Bocaiúva em 1947.

Passou a sede de Comarca em 16 de janeiro de 1949. Bocaiúva do Sul pertence à microrregião 02 e seu atual Prefeito é Elcio Berti que tem ajudado substancialmente na melhoria da qualidade de vida da população local.

Bocaiúva do Sul tem caminhado rápido em direção ao progresso. Sua população orgulha-se de ter um Município com uma longa história de muito trabalho, sempre voltada para o futuro.

Pela passagem de seus 128 anos de existência, receba o Município de Bocaiúva do Sul, através de seu Prefeito Municipal, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de Voto de Louvor ao Soldado da Polícia Militar, Sandro Marcos Cruz, RG. 3.907.173-8, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, e que seja levado ao seu conhecimento, bem como ao Comando da Polícia Militar, o teor deste expediente.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Soldado da Polícia Militar, Sandro Marcos Cruz, lotado no 6º BPM de Cascavel, foi um dos policiais responsáveis pela prisão de perigosos elementos integrantes de uma quadrilha de traficantes de drogas que agiam em Cascavel e região, comandados pelo traficante Artemio Machado.

Graças à ação firme e corajosa do soldado, os marginais encontram-se hoje à disposição da justiça, afastados assim do convívio da sociedade, cujos indivíduos certamente levaram muitas famílias à desgraça, introduzindo em seu lares, através de seus filhos, substâncias entorpecentes, e não fosse a atuação louvável do policial esses criminosos continuariam com uma das atividades delituosas mais repugnantes que é o tráfico de drogas.

Por esse motivo é que em nome daquela comunidade queremos deixar registrado nesta Casa o reconhecimento pelo relevante serviço prestado pelo policial militar Sandro Marcos Cruz à sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, voto de louvor ao soldado da Polícia Militar, Jaime Barrios, RG. nº 5.972.810-5, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, e que seja levado ao seu conhecimento, bem como ao Comando da Polícia Militar, o teor deste expediente.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O soldado da Polícia Militar, Jaime Barrios, lotado no 6º BPM de Cascavel, foi um dos policiais responsáveis pela prisão de perigosos elementos integrantes de uma quadrilha de traficantes de drogas que agiam em Cascavel e região, comandados pela traficante Artêmio Machado.

Graças à ação firme e corajosa do soldado, os marginais encontram-se hoje à disposição da Justiça, afastados assim do convívio da sociedade, cujos indivíduos certamente levaram muitas famílias à desgraça, introduzindo em seus lares, através de seus filhos, substâncias entorpecentes, e não fosse a atuação louvável do policial, estes criminosos continuariam com uma das atividades delituosas mais repugnantes, que é o tráfico de drogas.

Por esse motivo é que em nome daquela comunidade, queremos deixar registrado nesta Casa o reconhecimento pelo relevante serviço prestado pelo policial militar Jaime Barrios à sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Apucarana, bem como ao Presidente Senhor Felipe Alexandre Felipe Neto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Osvaldo Cruz, 510, 15º andar, Edifício Palácio da Indústria e Comércio, CEP 86800-720 - Apucarana - PR.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 17 de abril de 1949, a Associação Comercial e Industrial de Apucarana está comemorando seu cinquentenário. São 50 anos de atuação direta promovendo o desenvolvimento do setor econômico do município, organizando e apoiando iniciativas dirigidas ao crescimento comercial e industrial de Apucarana.

Atualmente, em sua terceira gestão como presidente da entidade, Senhor Felipe Alexandre

Felipe Neto comanda o quadro de associados, que conta com 346 empresários locais, com discernimento e competência.

#### REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos ao senhor Reinaldo Luiz Prevedello, presidente, a senhora Alda P. Martins, diretora, extensivos aos demais membros da diretoria, professores, funcionários e alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Integração à Vida, do município da Lapa, pelos relevantes serviços prestados aos portadores de deficiências.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Especial Integração à Vida, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município da Lapa, sob a direção da atual diretoria, professores, funcionários e demais colaboradores, vem desenvolvendo um excelente atendimento dirigido aos alunos portadores de deficiências múltiplas, do município da Lapa, integrando-os profissionalmente, no mercado de trabalho.

#### REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações à EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo, pela passagem dos seus trinta e cinco anos de fundação.

Requer ainda, que da decisão da Mesa, seja cientificada a EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo, na pessoa do Diretor-Presidente, senhor Assis Gurgacz, à Av. Presidente Tancredo Neves, 2.222, C.P. 41 - CEP 85804-260 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

A águia-mãe, ao construir seu ninho, se desloca para o alto da montanha, procura um lugar onde fica protegida do vento, da chuva e do frio. Os filhotes, ao nascerem, precisam cumprir sua missão: aprender a voar.

A águia, secularmente, repete o mesmo gesto, mesmo com medo, com amargura no coração, ela

abre as asas e empurra seus filhotes penhasco abaixo.

É assim, justamente assim, que aconteceu com a EUCATUR.

Construiu sua base na solidez de um sonho, regado pelo trabalho, persistência e união familiar.

Sinto-me orgulhoso por prestar esta simples homenagem a quem merece.

Assis, Nair, família EUCATUR, vocês são especiais. Não pelo sucesso, mas pela responsabilidade que ajudou a construir este País.

Parabéns pelos trinta e cinco anos da EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo. Já não é mais uma simples data, é um acontecimento.

Que Deus abençoe a todos que habitam nesta corporação.

Desta forma, pedimos a aprovação desta proposição.

#### REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações aos Promotores de Justiça do Município de Ponta Grossa, Paulo Roberto Faucz Cunha, Francisco Gmyterco e Sócrates da Veiga Filho, pelo atendimento prestado à população, através da "Promotoria das Comunidades".

Criada com a finalidade de facilitar o acesso da população de baixa renda à justiça, a promotoria prevê a solução de casos simples encurtando o caminho que dá acesso à justiça. Com os convênios mantidos entre a Prefeitura de Ponta Grossa e o Ministério Público e a Câmara Municipal de Ponta Grossa, está sendo garantido o funcionamento da Promotoria das Comunidades, pois a remuneração dos estagiários é proporcionada pela Câmara Municipal enquanto o município participa com a cedência do advogado.

Somente no ano passado foram atendidas cerca de 4.000 pessoas e em 1997, foram atendidos 3.966. O número de atendimento cresce a medida que as pessoas vão tomando conhecimento do serviço prestado gratuitamente.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Paulo Roberto Faucz Cunha, Francisco Gmyterco e Sócrates da Veiga Filho, na Rua Riachuelo, 149 - Ponta Grossa - PR, CEP 84010-230.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao jornal "Gazeta do Povo", por ter despertado a atenção e conseguido a inclusão do prédio da Universidade Federal do Paraná na eleição do símbolo de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Felizmente, para todos nós, paranaenses, o alerta feito pela "Gazeta do Povo" foi prontamente compreendido pelos organizadores da promoção, com a inclusão do prédio da Universidade Federal do Paraná na eleição do símbolo da Cidade de Curitiba.

A promoção é incentivar a comunidade a descobrir e valorizar a Capital do Paraná e tem desde já o mérito de provocar e estimular o debate sobre os aspectos históricos, culturais e os valores da sociedade curitibana.

O prédio da Universidade Federal do Paraná, construído em 1913 para a sede da primeira Universidade do país, majestosamente edificado e conservado na Praça Santos Andrade, conhecida como "Praça da Universidade", foram os fatores determinantes para a inclusão de sua opção nas cédulas de votação para a escolha do símbolo da Cidade de Curitiba.

Curitiba é hoje uma referência para o País e para o mundo.

Por esta razão nós, paranaenses, orgulhosos com a inclusão da nossa Universidade Federal do Paraná, para concorrer ao símbolo da Cidade de Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, pela passagem de seu 23º aniversário, completado no último sábado, dia 03.04.99, conforme justificativa exposta a seguir.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste, completou 23 anos de atuação, no último sábado 03.04. Para o registro deste momento histórico, transcrevemos a seguir a nota emitida pela assessoria de imp-

rensa da entidade, sob o título: **CACIOPAR: 23 anos de luta pela integração do oeste**, com o seguinte teor:

"Criada em abril de 76, numa época em que predominava o bairrismo e sobretudo a rivalidade entre Toledo e Cascavel, a CACIOPAR conseguiu ao longo dos anos sedimentar o espírito de cooperação, ajudando a consolidar importantes conquistas, como a hoje FERROPAR, a UNIOESTE, Hospital Regional, ponte de Guaíra", avalia o atual presidente Valter Scarpin.

#### EXEMPLO PARA O ESTADO

Implantada por um grupo pioneiro de empresários da região, sob a liderança de Hylo Bresolin, que também foi seu primeiro presidente, a CACIOPAR hoje é integrada por 42 Associações da região. É a maior entidade do gênero no Estado e serviu de exemplo para a criação de outras Coordenadorias, que hoje integram classe empresarial das diferentes microrregiões do Paraná.

Entre seus objetivos estão os de atuar como "um órgão catalizador e coordenador de ações, que através do intercâmbio de experiências e da conjugação de esforços principalmente regionais, possa dinamizar ainda mais as atividades das Associações, fortalecendo-as em sua estrutura e na consecução dos seus objetivos" e ainda o de atuar como "fórum de debates em caráter franco, aberto, das reivindicações eminentemente regionais, estabelecendo diretrizes básicas e integradas".

#### NOVOS DESAFIOS

Além de manter e ampliar as frentes de atuação, a CACIOPAR vem assumindo uma nova postura, procurando se adequar à nova conjuntura econômica e às exigências da globalização. Esses novos caminhos começaram a ser discutidos em reunião realizada na ACIC, neste início de março, e serão delineados em novo encontro, já marcado para o mês de junho próximo.

Segundo o vice-presidente Rogério Stein, os detalhes serão definidos em conjunto entre todas as Associações, mas já é de consenso que a CACIOPAR deverá atuar fortemente no processo de agroindustrialização da região. "Isto se dará de um modo coordenado, de acordo com a vocação de cada município, e a Coordenadoria pretende se transformar no fórum de debates e divulgação dessa tendência ou aptidão", diz Rogério.

#### REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje Votos de Congratulações ao Batalhão de Polícia Florestal - representada na pessoa do seu Comandante Ten. Cel. Luiz Alberto Gonçalves Ekermann,

pelo transcurso do 42º aniversário dessa gloriosa corporação, ocorrido no dia 04.04.99.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

O Batalhão de Polícia Florestal é unidade especializada da Polícia Militar do Paraná, e tem como missão legal a fiscalização ambiental através do Policiamento ostensivo com vistas a conservação e preservação do meio ambiente, atuando no Estado desde o ano de 1957.

A Polícia Florestal foi instituída em 04 de abril de 1957, através da Lei nº 3.056, com atribuição do Corpo de Polícia Florestal, subordinado à Polícia Militar do Estado do Paraná, regulamentado através do Decreto nº 5.651, de 19 de julho de 1957, com um pequeno efetivo o Corpo de Polícia Florestal foi empregado inicialmente em 18 de setembro de 1962, na proteção dos Parques Estaduais de Vila Velha, Campinhos, Monge da Lapa e mais tarde, em 1970, na Proteção do Parque Nacional do Iguaçu, considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO.

A Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, transformou o Corpo de Polícia Florestal em Batalhão.

O Batalhão Florestal cumpre atribuições prioritárias, através da realização do policiamento ostensivo com maior ênfase em sua parte preventiva, no sentido de orientar e dissuadir ações que representem transgressões à legislação ambiental na defesa da flora e fauna silvestres.

O Batalhão de Polícia Florestal está diuturnamente presente, atuante e a disposição da população em todos os seus 26 (vinte e seis) Postos de Policiamento Ambiental em Curitiba e Interior do Estado. É um órgão público totalmente desburocratizado, pois para acioná-lo basta um simples aceno de mão, o contato pessoal ou um telefonema.

Graças a tenacidade, a visão empreendedora, a dedicação, ao profundo amor direcionado a causa de bem servir, aliadas à vontade férrea de bem cumprir a missão de proteger a Natureza, não poderíamos deixar de agradecer, indistintamente a todos os Policiais Militares Florestais que com o seu profissionalismo, recebem o reconhecimento e o respeito da população paranaense.

Parabéns, Batalhão de Polícia Florestal, por ter adotado e por bem desempenhar a sublime missão de proteger a Natureza, o maior patrimônio legado por Deus ao homem.

A população paranaense atual e as gerações futuras, agradecem pelos seus quarenta e dois anos de vida dedicados a defesa do nosso meio ambiente, pois graças a você, hoje existimos e garantem para as gerações futuras o maior patrimônio que se pode legar.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência ao Cel. Luiz Alberto Gonçalves Ekermann - Comandante Geral do Batalhão de Polícia Florestal do Paraná - Avenida Cândido Hartmann, nº 2.500 - Parque Barigüi - CEP: 82.010-000.

#### REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, Voto de Congratulação, ao Sr. José Anunciação dos Santos, Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Campo Mourão, Estado do Paraná, pelo transcurso de seus 68 anos, ocorrido no dia 25.03.99.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta Augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado, sito à Rua Araruna, nº 90 - Centro - CEP.: 87301-120, Campo Mourão - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Anunciação dos Santos é natural do Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, nascido em 25.03.31, filho de José Luciano dos Santos e Celina Valoril Ribeiro, casado com a Sra. Irene de Moura dos Santos, com quem teve 04 filhos, Elizeu, Elias, Eliezer e Enéas.

O Senhor José Anunciação dos Santos, que sempre dedicou sua vida em prol das causas sociais, especialmente às pessoas e famílias carentes, orientando-as e promovendo-as o bem estar social, e, graça a esse profícuo trabalho, entre outros junto à comunidade, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 25.02.66, onde exerce a função de Pastor-Presidente da Igreja Assembléia de Deus do Município de Campo Mourão, há mais de 30 anos, tendo ainda sob sua responsabilidade a administração eclesiástica dos Municípios de Luziania, Janiópolis, Iretama, Nova Tebas, Nova Catanduvas, Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Ubatã, Mamborê, Juranda, Mato Rico, e Roncador do Oeste.

Além das atividades eclesiásticas, o Pastor José Anunciação, também participou de diversas obras sociais e educacionais, instituindo-as e administrando-as, tais como: Creches, Clube de Mães, e outras entidades afins, foi ainda Coordenador da UMADEPAR - União da Mocidade das Assembléias de Deus no Estado do Paraná, Diretor do DEMIPAR - Departamento de Missões das Assembléias de Deus do Paraná, Membro do Conselho Deliberativo da Confederação Evangélica de Assistência Social

por três mandatos, participou também na vida pública como Membro do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Município de Campo Mourão, e atualmente é Membro do Conselho Municipal de Assistência Social, e Presidente da Assistência Social Evangélica Bom Pastor, naquele município.

O Pastor José Anunciação, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultura e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las à comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, por toda a região de Campo Mourão, independentemente de credo, raça ou cor.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Anunciação dos Santos, ao longo dos anos, reconhecendo ainda que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, é que proponho que seja concedido o presente Título ao homenageado.

#### REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER Votos de Congratulações aos Srs. Dr. João Ayres e Dr. Jonas de Faria Castro Filho, pela dedicação e contribuição de décadas à medicina do norte do Paraná.

Que deste requerimento seja dado ciência aos senhores citados acima nos seguintes endereços: Dr. João Ayres - R. Senador Souza Naves, 09 - Londrina - Paraná e Dr. Jonas de Faria Castro Filho - R. Senador Souza Naves, 751 - Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 531-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de Votos de Congratulações e Aplausos ao Município de Guaratuba, pela passagem de seus 228 anos de emancipação política, no próximo dia 29 de abril/99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Everson Ambrósio Kravetes, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Miguel Jamur, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do

Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Guaratuba orgulhosamente irá comemorar festivamente, no próximo dia 29, seus 228 anos de emancipação política.

Portanto, queremos, com esta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento aos seus administradores de todos os tempos, que deram o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez maior de Guaratuba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com o povo de Guaratuba, principalmente com aqueles que acreditam que é com muito trabalho e coragem que se obtém segurança e se escreve o futuro.

#### REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje o editorial em anexo.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### EDITORIAL

A distante unidade regional.

O discurso empregado ontem pelos prefeitos da região dos Campos Gerais, durante novo encontro da entidade que os congrega, são o melhor exemplo da perpétua repetição de posicionamentos políticos. Sem exceção, todos os prefeitos de todos os municípios desta nem sempre atendida ou lembrada região pregam a unidade. Querem, e não sem razão, unificar discursos e pedidos, de forma a obter melhor atendimento e maior presteza na solução dos problemas apresentados.

Também invariavelmente, ficam na dependência da força dos deputados estaduais da região. E que, via de regra, é menor do que o alardeado.

A unificação dos esforços da região, em síntese, somente foi obtida ocasionalmente, e os exemplos daí retirados são peremptoriamente desanimadores. O caso da pavimentação da chamada rodovia Transbrasiliana, que em apenas uma região - a dos Campos Gerais, evidentemente - não existe, é emblemático. Todos os prefeitos da região, com o beneplácito de todos os parlamentares por aqui eleitos, promoveram manifestações, levantaram bandeiras, fizeram discursos. Nada surtiu resultado.



Foi sem sombra de dúvida, um móvel interessante para a unidade regional, mas seus pífios resultados levaram a um sentimento de descrença diante da suposta força dos Campos Gerais.

Outras bandeiras empunhadas com a maior ou menor intensidade, tiveram idêntico resultado. Quedaram-se imóveis, ao fim de poucas semanas de proclamações, queixas e cobranças.

Alcançar a unidade regional, no entanto, não depende apenas de terem, os senhores prefeitos municipais, interesses comuns. O que aliás não ocorre. Para se chegar a uma unificação de esforços é preciso também que mantenham o mesmo grau de sintonia com, por exemplo, o Palácio Iguaçu. Coisa que, é fácil comprovar, não ocorre nos Campos Gerais.

Também seria relevante, para se checar ao ápice do discurso regional, que os representantes de cada prefeito, no Legislativo estadual, utilizassem sua força política de modo conjunto. E, ainda que em se tratando apenas de Ponta Grossa, não é o que se vê. As feridas abertas por ocasião da partilha dos cargos de terceiro escalão, na região, ainda estão supuradas, e nada indica que os deputados da cidade vão assumir posturas corporativas, em favor dos Campos Gerais, a curto ou médio prazo. Até porque está no seio da abissal diferença ideológica e política entre eles o cerne de sua sobrevivência política. Se apresentarem posturas semelhantes, serão sobrepujados pelos que mostrarem discurso dissonante, e esse é um risco que nenhum dos deputados quer correr. Risco maior ainda correm os deputados dos Campos Gerais, além disso, pelos igualmente vagos resultados obtidos mediante sua ação individual. Não há registro de grandes vantagens, políticas ou administrativas, advindas do mero exercício do poder, por esses personagens. Se é impossível que andem juntos, e se sozinhos não representam poderio suficiente para atender aos anseios da região, pior para a região.

A unidade regional, vetor do crescimento de cada município dos Campos Gerais, parece todavia estar a cada dia mais distante.

#### REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Moção de Apoio à Fundação Metropolitana de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, na pessoa do Sr. Emílio Sérgio Dias, pelos trabalhos em prol dos municípios do Estado do Paraná

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Ilves Ribas Caldas Júnior - Mui Digno Diretor dos Correios do Paraná - formulando consulta sobre a possibilidade de instalação de uma agência dos Correios no Bairro Mandacarú, no Município de Maringá.

Justifica-se a presente proposição por se tratar de bairro de grande densidade populacional, e que conta com expressivo número de estabelecimentos comerciais e industriais, necessitando assim, de uma agência que possa suprir as suas necessidades básicas.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de proposição ao Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências com relação aos abusos praticados contra usuários das agências bancárias de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Correntistas ou usuários dos estabelecimentos bancários da Capital, vêm, sofrendo abusos contra os seus direitos de cidadãos, em razão de dispositivos instalados nas portas giratórias das agências, os quais impedem a entrada quando indicam a existência de material metálico. Além do constrangimento causado a esses, os vigilantes responsáveis - certamente atendendo as normas e ordem do banco - tratam os usuários como se fossem bandidos ou criminosos que ali estão para assaltar o estabelecimento. E não bastasse, procedem eles a revista da pessoa impedida de entrar. Revistam bolsas, malas e profissionais como se estivessem munidos de mandados judiciais. Violam os pertences dos profissionais do direito, ou de outras áreas com cinismo e sem preparo algum, num flagrante desrespeito a seus clientes.

Se existem normas legais que embasem tais procedimentos, solicitamos que nos sejam encaminhadas. Caso contrário, REQUEREMOS a esta Secretaria de Estado, providências para coibir os abusos em questão.

#### REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Paraná, solicitando informações referentes à aplicação de recursos na ordem de US\$250.000.000;00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), adquiridos em empréstimos externo mediante autorização da Lei nº 11214/95, conforme justificativa a seguir.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

No dia 07 de dezembro de 1995, o Senhor Governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11214, autorizando o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$250.000.000;00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Em seu artigo 1º, a referida Lei menciona que a operação de crédito seria efetivada junto à The Economic Corporation Fund Of Japan - OECF, instituição de crédito bilateral, com sede na Cidade de Tóquio, Japão.

Neste sentido, pretendemos obter da Secretaria de Estado das Finanças do Governo do Paraná, informações detalhadas a respeito da aplicação dos recursos obtidos, discriminando as regiões e municípios que eventualmente foram beneficiados dentro do "Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná".

#### REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, ao Secretário de Estado da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, Eduardo Francisco Sciarra, ao Secretário Especial do Emprego e Relações do Trabalho, Alex Canziani, e ao Presidente do BANESTADO, Reinhold Stephanes.

Solicito que seja verificado a razão da demissão de 250 funcionários, em dois dias, dos empregados da indústria BATÁVIA S/A, no Município de Carambeí.

Com tantos incentivos dados às empresas que se instalaram e vêm se instalando no Paraná, precisamos também incentivar e discutir com as empresas instaladas a tantos anos e com dificuldades econômicas, formas alternativas de redução de custos para evitar as demissões.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Bernadete Pauluk Ferreira, residente à Rua Renascença nº 277, que pede a limpeza de um terreno baldio sito ao lado de sua residência, o qual encontra-se com muito mato e repleto de aranhas. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 244-7454.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Célia Marcolino, residente na Rodovia da Uva, Km 1 nº 12, que pede a troca de 02 (duas) lâmpadas queimadas existentes em postes sitos em frente à sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 352-5143.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Lourdes Faust, residente nesta Capital, e que pede a troca e lâmpadas queimadas dos postes existentes em toda a extensão da Av. Icaraí - Balneário Shangrilá. Afirma que ela e sua família freqüentam esse Balneário e devido a falta de iluminação pública o local fica muito escuro e perigoso. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone (041) 338-2134.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Planejamento do Governo do Paraná, solicitando informações referentes à aplicação de recursos na ordem de US\$250.000.000;00 (Duzentos

e Cinquenta Milhões de Dólares), adquiridos em empréstimo externo mediante autorização da Lei nº 11214/95, conforme justificativa a seguir.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

No dia 07 de dezembro de 1995, o Senhor Governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11214, autorizando o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$250.000.000,00 (Duzentos e Cinquenta Milhões de Dólares), para financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná.

Em seu artigo 1º, a referida Lei menciona que a operação de crédito seria efetivada junto à The Economic Corporation Fund Of Japan - OECF, instituição de crédito bilateral, com sede na Cidade de Tóquio, Japão.

Neste sentido, pretendemos obter da Secretaria de Estado das Finanças do Governo do Paraná, informações detalhadas a respeito da aplicação dos recursos obtidos, discriminando as regiões e municípios que eventualmente foram beneficiados dentro do "Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná".

#### REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Doutor Alex Canziani, solicitando informações sobre a previsão do prazo para término das obras dos barracões industriais que estão sendo construídos no Município de Maringá.

Tal solicitação prende-se ao fato de que sessenta microempresários estão aguardando o término das obras para que possam instalar suas indústrias, gerando com isso novos empregos.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação e materiais e equipamentos para o Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta, protocolada sob nº 3.999.975-7 em data de 08/04/1999 na FUNDEPAR, contém listagem de materiais e equipamentos para o Município de Jundiá do Sul, que faz parte do Programa Comunidade Solidária.

Como a cidade possui um grande número de pessoas carentes, o material ora solicitado em muito contribuirá para o atendimento da população escolar carente, motivo pelo qual rogamos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando substituição e providências rigorosas com relação ao delegado do município de Dois Vizinhos Senhor José Tadeu Inocêncio Belo, tendo em vista, que o mesmo demonstrou não estar preparado para o cargo que ocupa, ferindo a Carta Magna Brasileira no seu art. 5º e parágrafo III, discriminando, humilhando e ridicularizando um pastor que fora fazer visita, a um detento a pedido de seus familiares naquela delegacia.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Chico Noroeste, Renato Gaúcho, Serafina Carilho e Hidekazu Takayama.

#### REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Laércio Aparecido Ramos, residente à Rua Piraquara nº 02 - jardim Roma, que pede reparos na Rua Campina Grande do Sul, devido ao péssimo estado que se encontra, cheia de buracos e intransitável. Somente carros pequenos conseguem passar pela rua, causando uma série de transtornos para a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2876.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Quatro Bar-

ras, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Fátima Machado, residente à Rua Santa Rita de Cássia nº 168 - Jardim Menino Deus, a qual solicita a troca das lâmpadas dos postes existentes em frente ao Colégio João Corupaná da Silva, sito na esquina da rua em que reside com a Rua das Missões, por outras mais fortes. A iluminação é muito fraca, o que torna o local muito sombrio e perigoso, facilitando a ocorrência de assaltos. Informações complementares se necessário, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 244-0984 (recados).

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Osvaldo de Almeida, residente à Rua Guilherme Grabowski nº 23 - Bairro Tanguá, que pede a troca de lâmpada queimada no único poste existente nesta rua. No bairro, existem outras lâmpadas que estão queimadas e necessitam ser trocadas. Segundo o Sr. Osvaldo, conforme orientação de um vereador desse Município, todos os postes já estão marcados com tinta para facilitar a identificação, somente falta que os funcionários dessa Prefeitura efetuem a referida troca. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 338-2937.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Maricléia de Oliveira, residente à Rua Prof. Alberto Piekas nº 42 - Bairro Cachoeira, que pede a implantação de saibro nessa rua, devido ao péssimo estado em que se encontra. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-2759.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante

Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Maricléia de Oliveira, residente à Rua prof. Alberto Piekas nº 42 - Bairro Cachoeira, que pede a limpeza de um terreno baldio sito ao lado de sua residência, devido o mesmo estar servindo de esconderijo de desocupados. Os moradores encontram-se apreensivos quanto ao perigo de assaltos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-2759.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Cândido Manoel de Oliveira e também ao Diretor Geral do Instituto Médico Legal (IML) do Paraná, Sr. Francisco Morais Silva, solicitando urgentes providências para o IML de Ponta Grossa, pois o Instituto não possui combustível para o veículo, não tem equipamentos necessários para o trabalho diário, a geladeira não funciona - está inservível, entre outras necessidades imediatas.

Apesar de esforços despendidos pelos médicos, funcionários e atendentes que buscam suprir as deficiências reclamadas, apresentando um trabalho subumano, procuram desenvolver seus trabalhos da melhor maneira possível.

Sabemos das dificuldades que o Estado possui, mas o atendimento do IML de Ponta Grossa é indispensável, pois não atende somente a população de Ponta Grossa, mas atende a população da região dos Campos Gerais, Paranaenses, Brasileiros e Estrangeiros que por aquela região transitam, sendo premente o atendimento das solicitações acima.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente - Moção de Apoio ao Sr. Ministro da Saúde, José Serra, com relação aos expedientes enviados pelo Sr. Prefeito do Município de Paranaguá, referente ao surto de cólera que está ocorrendo no Município.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(aa) ALGACI TÚLIO, HIDEKAZU TAKAYAMA,  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, MARCOS ISFER,  
ÂNGELO VANHONI, NELSON JUSTUS  
e HIDEKAZU TAKAYAMA.

## REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, solicitando o término das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga o Distrito de Guaragi e Teixeira Soares.

A estrada que liga Guaragi a Teixeira Soares tem 28 Km de extensão, dos quais apenas 20 km foram pavimentados. Os 8 km não pavimentados estão intransitáveis.

A região está em pleno período de safra, precisando escoar toneladas de grãos de soja e milho. Os prejuízos registrados neste ano, com as péssimas condições de transporte da safra são incalculáveis, já que a estrada que liga Teixeira Soares a Guaragi é a principal via de escoamento.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Romeu Neves, na Praça G. Vargas, 11 - Teixeira Soares - Paraná - CEP.: 84530-000, ao sub-Prefeito de Guaragi, Alvinho Ess, e ao Vereador Geraldo Woiciechowski, ambos na Rua T. Pupo, s/n - Guaragi - Paraná - CEP.: 84120-000.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Diretor Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando a recuperação da Rodovia PR-158, entre os Municípios de São João do Caiuá e Paranaíba.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A referida Rodovia desde há muito carece de reparos, que devem ser realizados com urgência.

Em completo abandono, a Rodovia que recebe grande fluxo de veículos, como se encontra, oferece grande risco dos transeuntes e além do mais liga dois importantes municípios.

## REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando a construção de Estação Elevatória de Esgotos e a con-

seqüente construção de rede de esgotos sanitários que atenderá os Conjuntos Habitacionais, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com este pleito, estou reiterando o requerimento apresentado dia 25 de março de 1997 à essa Companhia, tendo como resposta da SANEPAR, que a obra estava incluída no orçamento de 1998 e que seria realizada no citado ano, obra essa não executada.

Os Conjuntos Habitacionais de Cianorte possui mais de 5.000 moradias, e que estão acéfalas de condições de saneamento. É de bom alvitre lembrarmos que o pedido ora apresentado tem naquela população grande interesse na sua execução.

## REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Trabalho do Governo do Paraná, solicitando informações referentes à destinação de recursos para a construção de 8 (oito) "Barracões da Produção" no Município de Cascavel - Paraná, discriminando o montante liberado, quanto já foi repassado, o banco que repassou, as localidades (bairros) beneficiadas e se há contrapartida.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informações extra-oficiais dão conta de que teriam sido liberados recursos para a construção de 08 (oito) "Barracões da Produção", em diferentes bairros do Município de Cascavel, no Oeste paranaense.

Desta forma, com o objetivo de fiscalizar a real utilização dos recursos para os fins propostos, estamos requerendo à Secretaria de Estado do Trabalho do Governo do Paraná, informações sobre o montante liberado, quanto já foi repassado, o banco que repassou, as localidades (bairros) beneficiadas e se há contrapartida do município para que tais obras se viabilizem.

Para o bom desempenho de nossas funções, como legítimos representantes do povo paranaense, formulamos apelo aos nobres parlamentares no sentido de que este requerimento seja acolhido.

## REQUERIMENTO Nº 518

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário Estadual dos Transportes - DD. Heinz Georg Herwig, com cópia para o DER, solicitando informações sobre a forma do contrato estabelecido com a empresa particular para lavrar autuação de trânsito nas estradas do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Conforme parecer do Jurista Marcelo José Araújo - OAB/PR. 21.557, o Código de Trânsito Brasileiro prevê em seu Art. 280, § 4º que o "agente de autoridade", competente para autuar, pode ser servidor civil, estatutário, celetista ou ainda policial militar. A "autoridade de trânsito" é o dirigente do órgão executivo, no caso rodoviário (DER).

Existe, portanto, a possibilidade de que um civil faça tal autuação.

Quanto à necessidade da abordagem direta (parada do veículo) existe a tradição das Polícias Rodoviárias (Federal e Estadual) em fazê-la, mas isso também não é obrigatório, desde que seja feita a notificação no prazo de trinta dias.

Quanto à necessidade da sinalização informando da existência de radar ela é indispensável, assim como da placa informando a velocidade máxima da via (Resoluções 820/96 e 79/98), ambas do CONTRAN.

Vê-se, portanto, que na questão Legal, em princípio, estão atendidos os requisitos para autuação e aplicação da penalidade. Ocorre que entendemos que o Direito é muito mais que simplesmente atender à lei. Para que ela mesma exista é necessário que seja legítima, assim como legítima forma de se operá-la. Poder-se-ia perguntar: É possível sinalizar uma rodovia com velocidade máxima de 10 Km/h (dez quilômetro por hora). A resposta seria sim! A autoridade pode colocar tanto essa quanto a metade dela. Assim, a partir de 12 Km/h as pessoas seriam punidas com multa de 540 UFIR e ainda suspensão da carteira. Agora pergunto: Até que ponto uma atitude dessas atende aos objetivos para os quais a lei foi criada, até que ponto isso é legítimo e Moral?

A autoridade pública é nomeada pelo administrador público. Esse administrador foi eleito pelo povo. Até que ponto a forma de agir da autoridade corresponde às expectativas dessa coletividade? Os locais onde estaria ocorrendo essa fiscalização, em princípio, são locais onde ocorrem acidentes. Será que um trabalho preventivo, ostensivo, para a não ocorrência de acidentes não seria mais produtivo que simplesmente autuar e multar, e se ocorrer um acidente a multa será mandada para a viúva? Ao invés de contratar uma empresa para isso, será que

não seria mais conveniente melhorar os salários dos policiais? Será que, como diz o DER, isso permitirá que os policiais possam desenvolver outras atividades, então porquê essa empresa não é contratada para os serviços internos, hoje desenvolvidos por policiais e esses vão para a rodovia?

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o soberano Plenário REQUER à Mesa, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a intercessão daquela Pasta junto aos órgãos do Governo Estadual e Federal, no sentido de que sejam adotados procedimentos para o aproveitamento das instalações do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, de Maringá.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Dois anos após ter sido inaugurado, o CEFET de Maringá continua fechado.

O prédio - um complexo de salas de aula, laboratórios e quadras poliesportiva que custou R\$1,7 milhão aos cofres públicos - começa a ser tomado pelo mato, e só está livre de depredação porque a Prefeitura Municipal mantém um vigilante no local.

O principal objetivo do CEFET, ao ser construído, era oferecer cursos profissionalizantes (moda, mecânica e eletrônica) para estudantes que concluíssem o segundo grau, preparando mão-de-obra especializada para a indústria regional.

A região noroeste do Paraná, especialmente as cidades que circundam Maringá, representa hoje, uma alternativa real de investimentos seguros e rentáveis, pois possui base sólida, estável e confiável de matéria prima, produtos intermediários e serviços que possibilitam um desenvolvimento de integrar de imediato atividades complementares, sem falar na mão-de-obra abundante.

A geração de empregos faz-se mais do que necessária, justificando-se desta forma, a consecução deste projeto.

Nesta luta, nos aliamos ao Poder Executivo de Maringá, preocupados com a flagrante deterioração dos valores sociais, econômicos e familiares, e, diante da ameaça de ampliação da dor e do desespero que atentam contra a consciência de todos os que desejam um novo tempo em que possamos esquecer a legião de deserdados e oprimidos, sai em busca de projetos, que visem mudanças estruturais reais, principalmente no que diz respeito ao setor industrial, no intuito de proporcionar o aumento de produtividade, o verdadeiro desenvolvimento, cri-

ando os decisivos e indispensáveis empregos para as massas, retirando do trabalho os frutos da prosperidade e da esperança.

O aproveitamento das instalações do CEFET/Maringá, é o elo que falta, a criação de um programa de formação profissional, com apoio de empresas, cooperativas, que crie novas empresas de “fundo de quintal”, independente de seu tamanho, no sentido de industrializar na região, o que a região produz.

#### REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de água potável na sede definitiva da Associação dos Moradores da Comunidade São Pedro, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação, protocolada por nos- so Gabinete Parlamentar junto à SANEPAR, sob nº 3.999.861-0, em data de 31 de março do corrente, a sede definitiva da Associação dos Moradores da Comunidade São Pedro, localizada à Rua Gerônimo Muraro (Chácara do Zonato), nesta Capital, encontra-se sem o benefício de água potável instalada.

Pelas enormes dificuldades que esta falta desta infra-estrutura traz, rogamos a aprovação deste requerimento pelos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER informações ao ilustre Senhor Davi Campos, DD. Secretário de Estado da Comunicação Social, no sentido do esclarecimento das condições de veiculação do comercial de inauguração da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no último dia 04 de abril de 1999, no horário das 21hs30min, pela Rede Globo de Televisão, horário do programa “Fantástico” e as demais veiculações deste comercial nos dias subseqüentes, especialmente do preço, tanto da agência que criou, quanto o preço da veiculação, órgão pagador e se a despesa foi autorizada pelo CRAFE - Conselho de Reajuste Fiscal do Estado do Paraná.

Na oportunidade, esclarecemos que tal requerimento fundamenta-se no imprescindível papel de fiscalização e moralização que deve desempenhar o Poder Legislativo Estadual, num

momento em que toda a sociedade brasileira paga terrível preço pelo ajuste das contas públicas. Assim, não parece lógico que o Poder Executivo Estadual, ou as empresas por ela coligadas, façam gastos extraordinários com propaganda que, à toda evidência, não têm conteúdo de utilidade pública imediata e, pior, propaganda que, injustificadamente, foi transmitida em rede nacional.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Trabalho do Governo do Paraná, solicitando informações referentes à destinação de recursos para a construção do “Centro de Eventos”, dentro do Parque de Exposições da SRO-PR (Sociedade Rural do Oeste do Paraná), discriminando o montante liberado, quanto já foi repassado, o Banco que repassou e se há contrapartida.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Informações extra-oficiais dão conta de que teriam sido liberados recursos para a construção do “Centro de Eventos”, dentro do parque de Exposições da SRO-PR (Sociedade Rural do Oeste do Paraná).

Desta forma, com o objetivo de fiscalizar a real utilização dos recursos para os fins propostos, estamos requerendo à Secretaria de Estado do Trabalho do Governo do Paraná, solicitando informações referentes à destinação de recursos para a construção de tal obra, discriminando o montante liberado, quanto já foi repassado, o Banco que repassou e se há contrapartida.

Para o bom desempenho de nossas funções, como legítimos representantes do povo paranaense, formulamos apelo aos nobres Parlamentares no sentido de que este requerimento seja acolhido.

#### REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER informações ao ilustre Senhor Davi Campos, DD. Secretário de Estado da Comunicação Social, no sentido do esclarecimento das condições de veiculação do comercial de inauguração da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no último dia 04 de abril de 1999, no horário das 21hs30min, pela Rede Globo de Televisão, horário do programa

“Fantástico” e as demais veiculações deste comercial nos dias subseqüentes, especialmente do preço, tanto da agência que criou, quanto o preço da veiculação, órgão pagador e se a despesa foi autorizada pelo CRAFE - Conselho de Reajuste Fiscal do Estado do Paraná.

Na oportunidade, esclarecemos que tal requerimento fundamenta-se no imprescindível papel de fiscalização e moralização que deve desempenhar o Poder Legislativo Estadual, num momento em que toda a sociedade brasileira paga terrível preço pelo ajuste das contas públicas. Assim, não parece lógico que o Poder Executivo Estadual, ou as empresas por ela coligadas, façam gastos extraordinários com propaganda que, à toda evidência, não têm conteúdo de utilidade pública imediata e, pior, propaganda que, injustificadamente, foi transmitida em rede nacional.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário de Estado da Saúde, Senhor Armando Raggio, solicitando as seguintes informações sobre a queima de medicamentos, que estão nos depósitos da CEMEPAR, noticiada pela imprensa em data de hoje:

1. Quais os medicamentos que estão sendo incinerados? (lista com a relação dos remédios e quantidade respectiva de cada um);

2. Quais as causas que levaram tais medicamentos a serem incinerados?

3. Porque estes remédios perderam a data de validade e não foram distribuídos à população?

O referido pedido se justifica pela necessidade de se ter melhores informações sobre a queima de 3 toneladas de remédios noticiada pela imprensa hoje, especialmente na atual conjuntura, em que a saúde passa por extrema escassez de recursos.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(aa) PÉRICLES DE MELLO

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Excelentíssimo Senhor Ney Leprevost, solicitando a relação e cargos dos membros que com-

põem o Comitê Organizador dos Jogos Mundiais da Natureza, bem como o montante arrecadado e destinado pelo Serviço de Loterias do Estado do Paraná (SERLOPAR), à organização da referida competição esportiva, em conformidade com as Leis nºs 12.323 de 15 de setembro de 1998 e 12.418 de 12 de janeiro de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Edgar Bueno, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Caíto Quintana

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 167/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Mariópolis, neste Estado do Paraná.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis foi fundada em 19 de dezembro de 1996, e é mantenedora da Escola Especial Raio de Luz, contando atualmente com 11 alunos na sala de alfabetização, e que por não ter espaço físico e nem professores suficientes para atender outros portadores de deficiência física, 49 (quarenta e nove) outros deficientes encontram-se em condições de atendimento precário.

Em 1997, foi solicitado um prédio público estadual para o funcionamento da Escola Raio de Luz, e foi autorizado pelo Governo do Estado, porém, este prédio ainda não pode ser usado em função de não haver recursos para se proceder as devidas reformas.

Hoje a referida escola está funcionando numa sala cedida pela Fundação Fontana que atende crianças carentes, na Rua 7, nº 992, onde pretende-se ficar até que sejam conseguidos os recursos necessários para a reforma citada anteriormente.

Sendo Mariópolis um município de pequeno porte, as arrecadações conseguidas junto à comunidade não alferem os lucros desejados para a manutenção da APAE, o que proporcionaria a



manutenção da sua escola especial, razões pelas quais buscamos o apoioamento dos senhores parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, o que aumentará a margem de possibilidades de arrecadação de fundos para a manutenção desta escola especial.

Assim justificado, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares.

APAE - Associação de Pais  
e Amigos dos Excepcionais

#### REQUERIMENTO

Exmo. Sr.

Jaime Lerner

DD. Governador do Estado do Paraná

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, entidade filantrópica sem finalidade lucrativa, declarada de Utilidade pública pela Lei Municipal nº 021/97 situada à Rua 6 s/n na cidade de Mariópolis, Estado do Paraná, vem, por meio deste, mui respeitosamente requerer à Vossa Excelência o registro desta Entidade como Utilidade Pública Estadual.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Mariópolis, 15 de dezembro de 1998

ROSANGELA SILVEIRA

Presidente

#### PROJETO DE LEI Nº 168/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos automotores registrados no Estado do Paraná com mais de três anos de fabricação serão, obrigatoriamente, submetidos à Inspeção Técnica de Veículos - ITV, como condição ao seu licenciamento, em conformidade com o disposto no artigo 104, da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Parágrafo Único - A Inspeção Técnica de Veículos tem por objetivo inspecionar e atestar as reais condições dos itens de segurança da frota em circulação, observando o método de classificação dos defeitos do veículo, os conceitos e definições da Resolução nº 84/98 do CONTRAN, e ainda, as normas estabelecidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 2º - A Inspeção de Veículos abrangerá:

I - Identificação do veículo

II - equipamentos obrigatórios e proibidos, constantes do Anexo I da Resolução nº 84/98 do CONTRAN;

III - sistema de sinalização;

IV - sistema de iluminação;

V - sistema de freios;

VI - sistema de direção;

VII - sistema de eixo e suspensão;

VIII - pneus e rodas;

IX - sistema de componentes complementares.

§ 1º - A análise e aferição das emissões de gases e dos ruídos deverão obedecer aos preceitos contidos nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - sobre a matéria.

§ 2º - a qualquer momento, a critério do Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/PR, especialmente em caso de envolvimento em acidentes, o veículo poderá ser requisitado a nova inspeção antes de voltar a trafegar.

§ 3º - Todos os municípios serão atendidos pelo sistema de Inspeção Técnica de Veículos, fixa ou móvel, facultado ao proprietário a escolha do local para submeter o veículo à inspeção.

Art. 3º - A execução do serviço de Inspeção Técnica de Veículos no Estado do Paraná será transferida aos municípios que manifestarem interesse.

§ 1º - A transferência que trata o "caput" deste artigo se dará por convênio que estabelecerá os critérios e responsabilidades na execução dos serviços.

§ 2º - Será facultada a formação de consórcios entre municípios, para os fins previstos nesta Lei.

Art. 4º - Nos municípios onde não ocorra a municipalização dos serviços de Inspeção Técnica de Veículos, poderá o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR realizá-lo, ou conceder, mediante licitação, a terceiros, ou, ainda, transferi-lo a município ou consórcio municipal que manifeste interesse em assumi-lo.

Parágrafo Único - Em caso de concessão para terceiros, o prazo de vigência da mesma será de dez anos, prorrogável por igual período, incluindo prazo necessário para a implementação do empreendimento.

Art. 5º - Ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR caberá planejar, gerenciar, divulgar e fiscalizar o sistema ora implantado, estabelecendo, inclusive, as normas complementares e os procedimentos de caráter administrativo e operacional necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Art. 6º - A Inspeção Técnica de Veículos será automatizada e informatizada e realizar-se-á em estações fixas ou móveis, implantadas pelos municípios conveniados, pelos consórcios municipais conveniados ou concessionárias, exclusivamente equipados para essa finalidade.

Parágrafo Único - Não será admitida qualquer outra atividade nas estações de inspeções, notada-

mente aquelas concernentes à reparação, recondi-  
cionamento ou comércio de veículos, peças e  
acessórios automotivos.

Art.7º - Os defeitos constatados na Inspeção  
de Veículos obedecerão à seguinte classificação:

I - DMG - "Defeito Muito Grave".

- Defeito que coloque em risco a segurança do  
trânsito, sendo vedada a sua circulação até a com-  
provação do conserto em nova inspeção.

II - DG - "Defeito Grave".

- Defeito que põe em risco a segurança do  
trânsito, devendo ser observados os cuidados para  
circulação até a realização de nova inspeção em  
prazo fixado pelo poder concedente.

III - DL - "Defeito Leve"

- Defeito que não provoca risco à segurança  
do trânsito, sendo autorizada a circulação para con-  
serto.

Art. 8º - Todas as máquinas, equipamentos e  
instrumentos utilizados nos serviços de inspeção  
serão auferidos periodicamente, conforme os  
critérios estabelecidos pelo órgão máximo executivo  
de trânsito da União.

Art. 9º - A inspeção Técnica de Veículos será  
realizada observando-se o seguinte:

I - a Inspeção será obrigatoriamente realizada  
em veículos com mais de três anos de fabricação  
cadastrados no RENAVAM.

II - a Inspeção terá a seguinte periodicidade:

a) semestral para os veículos destinados ao  
transporte de escolares;

b) anual para os demais veículos;

III - no primeiro ano da inspeção a reprovação  
do veículo dar-se-á nas seguintes condições:

a) quando constatada a existência de Defeito  
Muito Grave - DMG e

b) quando constatada a existência de Defeito  
Grave - DG no sistema de freios e nos equipamentos  
obrigatórios e proibidos;

IV - no segundo ano da inspeção a reprovação  
dar-se-á nas seguintes situações:

a) na constatação de qualquer defeito no  
inciso anterior e

b) quando constatado Defeito Grave - DG no  
sistema de direção, pneus e rodas.

V - a partir do terceiro ano de inspeção serão  
reprovados aqueles veículos que apresentarem  
qualquer defeito classificado como Defeito Muito  
Grave - DMG e Defeito Grave - DG.

Art. 10 - Em todas as etapas do cronograma de  
reprovação, os casos de DL - Defeito Leve serão  
obrigatoriamente comunicados ao proprietário do  
veículo para a respectiva reparação.

Parágrafo Único - Ficam dispensados de  
realizar a inspeção os veículos de coleção e as via-  
turas militares.

Art. 11 - O proprietário do veículo que não  
atender às condições de segurança relacionadas  
nesta Lei fica sujeito às sanções previstas no Código  
de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art.12 - As estações de inspeção referidas  
nesta Lei, ao final de cada inspeção técnica emitirão,  
automaticamente, atestado relativo a cada veículo,  
contendo os resultados obtidos.

§ 1º - O veículo cujo atestado consignar o  
estado "Reprovado", por oferecer riscos iminentes  
ao motorista e a terceiros, não comportando reparos  
que possibilitem seu enquadramento nas normas  
estabelecidas pela legislação de trânsito, será  
removido da estação de inspeção para local desig-  
nado pelo DETRAN/PR.

§ 2º - Quando o veículo apresentar divergên-  
cias graves quanto a sua identificação, a caracterizar  
possível fraude ou delito, será removido para local  
designado pelo DETRAN/PR com simultânea  
comunicação à autoridade policial.

Art.13 - As autoridades municipais convenia-  
das ou as concessionárias garantirão a qualidade e a  
eficiência dos serviços prestados aos proprietários  
dos veículos, atendendo aos seguintes requisitos:

I - dispor de arranjo organizacional e sistema  
administrativo operacional que permitam seja a  
inspeção executada no limite de tempo fixado pelo  
manual de procedimentos;

II - possuir local adequado para estaciona-  
mento de veículos, onde seu funcionamento não  
implique prejuízo ao tráfego em suas imediações;

III - dispor de área administrativa para funcio-  
namento dos serviços de apoio às inspeções e área  
de atendimento aos clientes que garanta seu con-  
forto e segurança;

IV - apresentar distribuição racional de equi-  
pamentos que dispense manobras para correção do  
posicionamento dos veículos durante a inspeção.

Parágrafo único - As estações de inspeção  
deverão estar obrigatoriamente capacitadas a pre-  
star os serviços de inspeção para todos os grupos de  
veículos (automóvel, caminhonete, camioneta,  
motocicleta, microônibus, ônibus, caminhão e  
reboque).

Art.14 - O DETRAN/PR estabelecerá um  
sistema de identificação visual dos veículos inspe-  
cionados para fins de fiscalização em campo.

Art.15 - A remuneração dos serviços será efet-  
uada pelos usuários diretamente ao município con-

veniado, ao consórcio de municípios conveniados ou concessionária mediante pagamento de tarifa.

Art. 16 - Serão cobradas tarifas que assegurem amortização e remuneração justa e razoável:

I - do investimento em execução de obras;

II - das despesas com a prestação de serviços, inclusive de administração do sistema.

§ 1º - As tarifas atenderão ao princípio da modicidade e serão calculadas por meio de planilhas elaboradas pelo poder concedente, com motivação e razoabilidade, considerando parâmetros, coeficientes e métodos de cálculos reconhecidos técnica e cientificamente.

§ 2º - Os municípios nas suas circunscrições instituirão Comissão de Controle Social com representação paritária do poder concessionário e usuários, para fins de fiscalização dos serviços de inspeção veicular, bem como, para deliberação sobre questões tarifárias.

Art.17 - Do valor cobrado pelos serviços de que trata esta Lei, parte será destinada ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, e parte ao órgão executivo de trânsito do Estado do Paraná, obedecendo a seguinte distribuição:

- 5% (cinco por cento) para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

- 10% (dez por cento) para o órgão executivo de trânsito do Estado do Paraná.

Art.18 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Pelo projeto que ora apresentamos para vigor no estado, referente a Inspeção Técnica de Veículos Automotores no Estado do Paraná, cumprindo o que determina o artigo 104, da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, pretendemos, em primeiro lugar, respeitar o princípio federativo de cumprir a legislação nacional, ao mesmo tempo em que reforçamos a visão moderna de que o Estado tem autonomia para organizar e executar as normas emanadas da União. Entendemos que ao Estado compete determinar em seu território que vai proceder à inspeção, desde que em perfeita consonância com as determinações da legislação federal, pois o que importa é a

execução da vigência e não quem qualifica o executor.

Por outro lado entendemos que os municípios brasileiros vivem uma situação econômica problemática, e, via de regra, a União e os Estados tem-lhes retirado arrecadação, e transferido responsabilidades, o que tem gerado no sistema municipalista uma de suas maiores crises da história.

Não bastasse isso, indiscutivelmente é o município o maior interessado em que a vistoria seja realizada, pois a ele cabe a conservação, sinalização e consequência do mau estado de um veículo.

Vale aqui ressaltar de que o cidadão nasce no país, pertence a uma unidade federativa, mas mora no município, onde busca a satisfação de suas necessidades essenciais.

O art. 104 da Lei Federal 9503 de 23.09.97 - Código de Trânsito Brasileiro diz que as normas de controle serão estabelecidas pelo CONTRAN para itens de segurança e pelo CONAMA para a emissão de gases poluentes e ruídos, no entanto, vetou a já explícita tentativa de atribuir ao órgão o direito de conceder em critério subjetivos a seus protegidos a execução do serviço.

PROJETO DE LEI Nº 169/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o poder Executivo Estadual, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Paraná, autorizado a descentralizar do Instituto de Identificação sediado em Curitiba, a expedição da Cédula de Identidade ao interior do Estado, nas cidades sedes das Subdivisões da Polícia Civil, em Postos Regionais, sob chefia do respectivo Delegado de Polícia Titular, que expedirá o documento.

§ 1º - Em cada município deverá funcionar um posto receptor de pedidos de Cédulas de Identidade Civil, cuja documentação pertinente deverá ser remetida semanalmente ao Posto da Subdivisão Policial para os devidos fins.

§ 2º - Caberá ao instituto de Identificação dotar os postos regionais e municipais de material humano e de expediente necessário ao funcionamento dos mesmos, bem como fiscalizá-los e manter atualizados os dados de todo Estado, relativos às cédulas expedidas e seus portadores.

§ 3º - A expedição das Cédulas de identidade Civil, nos Postos Regionais, deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento de cada pedido, observadas todas as formalidades legais.

§ 4º - Em Curitiba, não haverá alteração quanto aos locais receptores de pedidos de expedição das Cédulas de Identidade Civil.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Adotado há décadas, o sistema de expedição de Cédulas de Identidade Civil, pelo Instituto de identificação do Estado do Paraná, centralizados em sua sede em Curitiba, para onde todos os Municípios remetem os pedidos do nominado documento, está ultrapassado.

A centralização no Instituto de Identificação na Capital do Estado, cujo diretor é autoridade competente para assinar as cédulas expedidas, inviabiliza a agilização do fornecimento, demorando até 90 dias para o interessado receber sua Carteira de Identidade no interior do Estado.

Como estamos vivendo a era da informática, a descentralização para o interior nas sedes das subdivisões da Polícia Civil, na forma proposta no presente Projeto de Lei, possibilita a agilização na expedição e fornecimento por parte do Estado do referido documento pessoal de identidade, sem prejuízo para as normas legais pertinentes.

Em outros estados da Federação, tal como o vizinho Estado de Santa Catarina, há muito tempo descentralizou essa prestação de serviços à população, para o interior.

Nas 28 (vinte e oito) Delegacias Regionais da Polícia Civil (equivalente às 20 Subdivisões Policiais do nosso Estado), funcionam os postos regionais de identificação, sob chefia dos delegados titulares respectivos, com poderes para autorizar a expedição das identidades e assiná-las.

O prazo máximo para o fornecimento do citado documento no vizinho Estado é de 5 (cinco) dias, podendo até ser fornecido no mesmo dia do pedido, sendo que as 1ª vias requeridas por menores de 16 e maiores de 65 anos, são isentos do pagamento de taxas.

Ante o exposto, constata-se que o objetivo do presente Projeto de Lei, é de dar melhor atendimento à população, em menor espaço de tempo, dispensar o burocrático e arcaico "passeio" da papelada, para fazer uso dos modernos meios da era da informatização ora existente.

PROJETO DE LEI Nº 170/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, com sede e foro no Município de Pato Branco-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Pato Branco, através de lideranças de seus vários segmentos representativos, teve a feliz iniciativa de instituir a Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, entidade civil sem fins lucrativos, cuja nobreza da finalidade a que se propõem, extrapolou as fronteiras do município, sensibilizando e envolvendo outras comunidades que vieram somar forças para concretização da obra, pois toda população do Sudoeste será beneficiada com a construção da "Unidade Oncológica".

A documentação acostada a esta proposição, pertinente a parte legal, está devidamente comprovada a sua existência com CGC/MF e alvará de funcionamento da prefeitura local, sendo que esta reconhecendo os objetivos da Fundação, através de lei 1794/98, tornou-a de utilidade pública municipal.

Dentre outros, são objetivos lavrados no Estatuto Social:

a) Difundir regularmente todos os meios, a toda população, no âmbito do Sudoeste do Paraná, os conhecimentos gerais sobre o Câncer, visando principalmente a sua prevenção e diagnóstico precoce;

b) Organizar campanhas e angariar fundos por meio de subvenções, donativos e contribuições regulares para auxiliar na aquisição de equipamentos para diagnósticos, prevenções e tratamento do Câncer, e ajudar a manter serviços já existentes e os que vierem a ser criados na região ligados a entidade;

c) Auxiliar na assistência e na orientação ao doente em tratamento;

d) Auxiliar no preparo e aperfeiçoamento de profissionais ligados à área de Cancerologia para que possam melhorar a qualidade do atendimento aos pacientes oncológicos;

e) Fundar e coordenar administrativa e tecnicamente a Liga Feminina de Combate ao Câncer e a Fundação sudoestina de combate ao câncer, com finalidades similares;

f) Promover eventos científicos que venham contribuir para o esclarecimento da população e para o aperfeiçoamento dos profissionais da saúde na área de Cancerologia;

g) Promover estudos e pesquisas no campo da Cancerologia, no intuito de melhorar os resultados no diagnóstico, prevenção e tratamento do Câncer.

Como se observa a Fundação em apreço, cuja obra física está em acelerada edificação, sediada na cidade polo da região Pato Branco, que deverá estar em atividade plena no próximo ano, propiciará atendimento às pessoas que infelizmente vierem ser acometidas por essa terrível doença que tira a vida de milhares de brasileiros anualmente.

É do conhecimento público, que o diagnóstico e tratamento de pessoas atingidas pelo câncer, é caro e normalmente terão que se deslocar para centros médicos com maiores recursos, o que dificulta enormemente àquelas desprovidas de recursos financeiros.

Com a concretização do Hospital do Câncer em Pato Branco, o que vem sendo conduzida e custeada pela população também de outros municípios vizinhos, muitos casos poderão ser diagnosticados e tratados com mais rapidez e na sua região.

A saúde, que é um direito constitucional de todo brasileiro, na prática sabemos que o poder público deixa muito a desejar infelizmente. É uma iniciativa dessa natureza, em que a população se organiza, liderada por pessoas de bem, objetivando tão somente o bem da coletividade, em especial dos menos favorecidos pela sorte, é uma demonstração de nobreza de propósito e o quanto tem força a sociedade organizada.

Ante ao exposto, e por tudo o mais que a Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer se propõe a realizar, nos sensibilizou em propor seja a mesma declarada de utilidade pública estadual, para que também possa receber auxílio do Estado, solicito votos de apoio dos nobres pares que compõem esta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 171/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Quielse Crisóstomo da Silva. (Conselheiro e atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, nascido aos 20.01.37, em Bocaiúva do Sul, pelos relevantes serviços prestados em prol das instituições e população paranaense, no desempenho dos diversos cargos que tem ocupado, ao longo de sua vida pública).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.  
(a) CARLOS SIMÕES

JJJUSTIFICATIVA:

Ao analisarmos a trajetória da vida pública do Dr. Quielse Crisóstomo da Silva, paranaense de Bocaiúva do Sul, observamos que ela foi sedimentada de lutas, trabalho e realizações, em benefício da causa pública do nosso estado, voltada sempre para o bem-estar da sociedade e de suas instituições, quer sejam elas públicas ou particulares.

Quando jovem foi oficial do Exército Brasileiro da Arma da cavalaria do CPOR.

Formando Engenheiro Civil e Arquiteto, exerceu atividades pertinentes à sua formação universitária, como engenheiro do Estado.

Foi professor de Saneamento e Traçado de Cidades da Escola de Saúde do Estado, destacando-se no desempenho de suas funções com muita competência.

Ingressou na política, sendo eleito Deputado estadual por 6 legislaturas, havendo deixado sua marca indelével como legislador do nosso Estado.

Em 1990, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, tendo ocupado a Vice-Presidência, a Corregedoria-Geral, em 1994.

Por sua atuação sempre destacada, demonstrando probidade, competência e honestidade, bem como conquistando a simpatia de seus pares, foi eleito Presidente do Tribunal de Contas, para o corrente ano de 1999.

É casado com a Sra. Nilza Bordini Crisóstomo, de cuja união conjugal nasceram os filhos Kielse Bordini Crisóstomo, Claudiane Bordini Crisóstomo, Fábio Crisóstomo e Cleyton Bordini Crisóstomo, nosso colega deputado, que com competência sucedeu o ora homenageado, nesta Casa de Leis.

Pelo exposto, e por tudo o mais que marca a vida do homem público, do empresário e chefe de família, Quielse Crisóstomo da Silva, entendemos ser justa e merecida a homenagem que ora propomos em concedê-lo Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao que submetemos à apreciação dos nobres pares que compõem esta Egrégia Casa de Leis, esperando contar com a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 172/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxas de estadia do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, forma e prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer das parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º - No prazo de até sessenta dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) RICARDO CHAB

PROJETO DE LEI Nº 173/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, com sede e foro na Cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada pelos trabalhadores rurais daquele município, no dia 28.02.90, registrada sob nº 2224 - livro B9 de 09.04.90, inscrita no CGC/MF nº 77.783.207/0001-04, estando em pleno funcionamento em cumprimento ao disposto em seu estatuto.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, foi criado com o objetivo principal de atender os anseios e necessidades dos trabalhadores rurais, colaborar com os poderes públicos e demais associações, visando a solidariedade social, na consecução de suas finalidades.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, atendendo o que dispõe seu estatuto, no tocante às suas prerrogativas, desenvolve atividades nas áreas de assistência social, treinamento e qualificação de mão de obra rural, também, desen-

volve em convênio com entidades congêneres, atividades culturais, esportivas e recreativas, envolvendo diversos segmentos da comunidade. Demonstrando com isto, a consecução de seus objetivos.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me leva a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 174/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Voluntariado de Campo Magro, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Voluntariado de Campo Magro - AVOCAM, foi fundada em 16 de janeiro de 1997, com o objetivo de resgatar a cidadania, através da promoção do ser humano, assistindo a população menos assistida, encaminhando-a aos órgãos assistenciais governamentais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 175/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação do Centro Comunitário São José", Bairro Jardim Graciosa, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Centro Comunitário São José no Município de Campina Grande do Sul, necessita em transformar a sua Associação em Utilidade Pública, para que possa receber ajuda financeira de

pessoa físicas e jurídicas para dar aporte aos seus projetos na área social e no atendimento às classes menos favorecidas de nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era minha intenção nesta tribuna na tarde de hoje, desenvolver alguns pensamentos a respeito de assuntos que com aquilo que acabei de ver na televisão, deixo de lado para enfocar esse assunto.

Senhor Presidente, vendo a televisão hoje me lembrei de um episódio acontecido há muitos anos atrás, e que envolvia um dos Deputados mais brilhantes que esta Casa já conheceu, o Deputado Alencar Furtado. Encontrava-se ele em minha casa em Arapongas, e falava aos companheiros que estavam reunidos ali para que pudéssemos ouvir um relato daquilo que estava acontecendo no Brasil naquela época.

O Deputado Alencar Furtado, Senhor Presidente, tinha acabado de juntamente com outros companheiros como Ulysses Guimarães, de fazer um pronunciamento à Nação, no período mais duro, talvez numa recaída da ditadura militar que tinha se instalado aqui no país, através de uma contra-revolução no ano de 1964.

Pois bem! O Alencar falava de uma maneira estimuladora para todos nós, dizendo que não acreditava que o processo de cassação de mandato fosse retomado pelo movimento contra-revolucionário de 64.

Moro na Rua Flamingos, em Arapongas, e ela faz esquina com a rua Falcão, que nos traz à memória também o ex-Ministro da Justiça, Armando Falcão, um dos “falcões” do regime militar.

Lembro-me que quando me despedia do Alencar Furtado na rua, dizia ele mais ou menos o seguinte: “Não se preocupem! O regime militar está se abrindo e vamos viver momentos na direção da democracia”.

E eu, cético, discordei como já tinha discordado na reunião dessa análise da realidade objetiva, que estávamos vivendo. Lembro-me até hoje do companheiro Alencar Furtado, pegando seu modesto carro, saindo da Rua Flamingos e entrando na Rua Falcão.

Aí, minha filha Cibele veio correndo, era uma criança ainda, me chamando, que alguém desesperado ao telefone estava a procura do Alencar Furtado. Aí falei: “Cassaram o Alencar.”

Um Jornalista, do Jornal “O Estado de São Paulo”, dava-me, naquele momento, a notícia da cassação do companheiro Alencar Furtado.

Pois bem, hoje vendo a privatização da COMGÁS, lembro-me desse episódio que vivi lá na minha cidade, porque em seguida, a pedido de uma revista, escrevi um artigo relatando aquilo que tinha acontecido. E lembro-me que terminei o artigo dizendo o seguinte: depois de relatar a saída do Alencar em direção a Londrina, de onde ele viria e iria para Brasília. Lembro-me que nós, companheiros, da minha cidade, alguns poucos, nos dirigimos, todos, a um hotel em Londrina, onde fomos emprestar, como sempre fizemos ao longo da nossa vida, o nosso apoio àquele companheiro, poucos estavam lá. E lembro-me que na finalização do artigo que escrevi, dizia o seguinte: “Após termos deixado o companheiro que seguia o seu caminho, o seu destino alcançado pela mão raivosa de uma ditadura. Na rua, os carros circulavam para cima e para baixo, dando lucro às multinacionais.”

Lembrei-me do Alencar e desse episódio e da frase que escrevi, talvez, há vinte anos, porque hoje me surpreendi. Estava lendo os jornais do dia, quando a notícia estourou na televisão: a privatização da COMGÁS. Olha, nunca vi uma manifestação tão grande de alegria como daqueles que conseguiram se tornar os proprietários, vamos dizer, da COMGÁS, e irão explorar esse serviço, que no meu entendimento e de muitas pessoas, deveria ficar nas mãos do Poder Público. Ninguém festejaria daquela maneira se estivesse diante de alguma coisa que não deixasse a certeza de que lucros monumentais serão alcançados por essa multinacional, inclusive, com a presença da Shell.

Pois bem, Alencar Furtado cassado, lucro para as multinacionais. E a história se repete com farsa, pior ainda, porque acho que estamos caminhando, ainda, para o pior.

E aqui da tribuna não pensava em trazer esses assuntos, mas fica uma série de assuntos que devemos colocar.

A privatização da energia elétrica: a privatização se verificou aqui em Paranaguá, para quê? O Poder Público tem que ter sensibilidade para fazer as coisas, o Poder Público, quando na mão da organização e dirigentes que estão ligados aos anseios mais legítimos do povo, não se demite das suas competências e não deixa de chegar com solidariedade e com humanismo nessa hora.

Pois bem, o que acontece em Paranaguá: na hora mais difícil aqueles que estão dispondo do serviço de águas, da Cidade de Paranaguá, cortam 3 mil ligações de pobres brasileiros que não têm, praticamente, nem o que comer. É por isso que continuamos insistindo, nesse país, comandado pelos

neoliberais, pelos neoempregistas, a deixar de maneira clara a nossa posição a respeito de tudo isso que está acontecendo. Lavradores por exemplo, estão aqui reclamando seus direitos. Qual é a razão de toda essa crise na agricultura brasileira?

Lembro-me também, era um menino ainda, em 1964, quando o povo organizado, os lavradores com a sua Federação Nacional de Agricultura, os estudantes com a UNE, as mulheres com a Federação das Mulheres, quando o povo se organizava para alcançar os seus mínimos direitos, um contra-golpe, um golpe, como já falei, contra-revolucionário foi dado aqui no país. Para fazer o quê?

Para fazer com que os privilégios fossem mantidos não só naquela década mas como se mantém até os dias de hoje.

Lembro-me que quando estouraram as fronteiras do Brasil nesta globalização tão em discussão, tão de rumos duvidosos para o nosso povo, me lembro que quando começaram a importar algodão de todos os lugares, na minha região, Senhor Presidente, inviabilizaram a possibilidade econômica da existência de milhares de pequenas propriedades que, certamente, serão anexadas às maiores e nos transformaremos num País que está desenhado, que está aí o esboço à nossa frente.

Aqui, senhores que reclamam os vossos direitos, o Governo é rápido como outro dia foi, para pegar um bilhão e setecentos milhões de dólares e jogar no Banco Fontecindan e no Marka, agora, falta dinheiro em todas as Delegacias do Estado do Paraná. Levam oitenta centavos por dia para um presidiário almoçar, jantar e tomar o café da manhã, como se fosse ali um lugar onde as pessoas deveriam terminar como semi-animais, como estão terminando.

É preciso, volto a dizer aos meus companheiros de partido e àqueles que estão preocupados com a situação deste País, que nós não estamos longe de, daqui a pouco, começar a cantilena da volta dos militares ao Poder, que façamos com que a democracia tão sofrida que conquistamos hoje, possa ser colocada de lado. É preciso sim, que todos aqueles na vida do campo e na cidade, se organizem para reivindicar os seus direitos, por que senão, o que estamos vendo aqui neste País?

Outro dia, um Prefeito do PT do Rio Grande do Sul, que se intitulou ignorante porque não sabia as Leis, não sabia administrar, emprestou cem reais da prefeitura da sua cidade e foi cassado e foi preso. Ele emprestou cem reais da Prefeitura e eu, que fui Prefeito três vezes, sei que isto é ilegal, não se pode fazer, mas ele, na sua ignorância, como falou, das Leis, emprestou cem reais a uma senhora que foi à Prefeitura para pedir uma ajuda. Ele poderia encaminhar ao Setor da Assistência Social da

Prefeitura e daria os cem reais à mulher sem perder o mandato ou ser preso. Não houve má fé.

Agora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse outro dia que o Banco Central pode ter errado mas não houve má fé na concessão nebulosa, ainda não esclarecida, do fornecimento, entre aspas, de um bilhão e setecentos milhões de dólares. E não existem recursos para a Reforma Agrária. Reforma Agrária não faz mal a ninguém.

Estou vendo vários Deputados evangélicos aqui e gostaria de dizer o seguinte: outro dia, conversando com um evangélico, ele se colocou frontalmente contra a reforma agrária e eu, na minha ignorância do texto bíblico, que pode ser melhor explicitado pelos Deputados pastores, me lembro que em qualquer lugar da bíblia está escrito o seguinte: "Não vos conformeis com o mundo que tendes". Me parece que o texto bíblico dá uma palavra de rebeldia para que as pessoas não se conformem com este mundo que estamos tendo.

Estou preocupado sim, e gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo nesta Casa: estou vendo com olhos que já viram muito, com preocupação, aquilo que está acontecendo na CCJ e aqui mesmo neste Plenário. Algumas emendas completamente constitucionais são rejeitadas de plano, sem nenhuma complacência, porque é vontade da maioria. Eu entendo o que seja maioria, o que seja minoria, mas isto não faz bem a ninguém, inclusive Deputados da própria base governista estão se rebelando contra este tipo de comportamento, simples projetos autorizatórios que permitem ao dirigente maior falar, não vou fazer, são rejeitados de plano sem que se possa, no meu entendimento, se aprofundar nesta discussão.

Então, é preciso que nós, no nosso entendimento, e nesta Casa aqui haja por parte de todos uma postura de ter apetite para se discutir as grandes questões que estão aí postas no nosso país. Eu estava dizendo, outro dia com atenção ouvi aqui o debate que se travou entre o Deputado Takayama que fazia um discurso defendendo o Prefeito Municipal de Curitiba contra as invasões, contra os problemas que estão acontecendo nos mananciais, Takayama, Algaci Túlio, Isfer e outros Deputados se manifestaram, Vanhoni e outros companheiros, mas qual é a causa, meu Líder Orlando Pessuti, você que é de uma região agrícola, a propaganda que se faz de Curitiba é como se daqui caíssem aos milhares os empregos que estão faltando em todos os lugares. E as pessoas talvez nesta caminhada rumo a Curitiba, vítimas de uma propaganda enganosa, vem para cá fazer o quê? Em busca dos empregos que não encontra. Quantos mil assaltos foram verificados no ano de 98, somente dentro dos ônibus que fazem o transporte coletivo na nossa capital? Por que é que os lavradores estão aqui, muitos sem qualificação



profissional nenhuma? Porque foram abandonados por esta política do Governo Federal e do Governo Estadual que sempre chega tarde lá no interior onde você precisa transformar a sociedade com a criação de empregos, dando a possibilidade de vida digna para este povo trabalhador que é o nosso povo.

A reforma agrária, estava falando dos evangélicos, lembro-me que nos Estados Unidos a reforma agrária foi mais ou menos em cima de um carroção, que nos acostumamos a ver nos filmes, principalmente os de faroeste, famílias todas se deslocavam para o oeste, chegavam em determinado lugar, faziam a medição de determinada área e em seguida faziam os registros nos cartórios, era uma reforma agrária que estava sendo feita naquele grande país do norte, que aliás manda muito, cada vez mais, no nosso país. E o que era interessante lá, Deputado Edno Guimarães, é que os evangélicos que estavam em grande número nesta caminhada, faziam questão que todos aprendessem a ler para poder ter o conhecimento do texto bíblico e aí você tinha um cidadão que era dono do nariz, porque ele tinha um pedaço de terra e porque eles sabiam ler. Aqui não. Aqui se deu no passado praticamente estados para determinadas figuras da nossa história, que até hoje não tem interesse nenhum que o povo brasileiro fique sabedor das coisas.

Então, existe toda uma política da classe dominante para que a idéia dominante dentro da sociedade fosse a idéia dessa minoria que é a dona do grande capital financeiro, que é a dona dos latifúndios, que é a dona de tudo. A grande maioria do povo fica tendo a sua cabeça feita por uma mentira constante, permanente, todos os dias.

Olha, companheiros, eu tenho aqui nas mãos uma proposta, logicamente que foi feita antes das eleições pelo Governo do Estado, Planta Proposta, Unidade de Arapongas. A minha cidade tem, talvez, até há pouco tempo era a maior cobertura da América Latina, os armazéns do IBC; pois bem, lá se depositava o café, o arroz, os cereais, o Governo foi lá e reuniu toda a sociedade, os empresários do setor moveleiro, que é dos mais importantes do Brasil, do setor de alimentação, enfim, o comércio, a agricultura, a indústria da minha cidade se reuniu para ver o lançamento do Centro Regional de Negócios.

Gosto de poesia, conheço muitos poetas, eu mesmo penso que sou alguém na política, que com o coração cheio de navios, tenho saudades do futuro. Mas essa aqui você não poderia nem dizer que é uma poesia, que é um sonho, isso aqui não existe. Inclusive no IBC da minha cidade, Senhor Presidente, está posta aqui a introdução até de “docas” Vanhoni, docas para mim é o lugar onde os navios atracam e desatracam descarregando as suas mercadorias, docas para mim é onde se constrói uma nova

embarcação. Eu estou com medo até, Vanhoni, que o Governo Lerner apanhe um pedaço, uma perna do oceano Atlântico aqui de Paranaguá e leva para o IBC de Arapongas já com o vibrião colérico navegando nessas ondas. Essa aqui, Senhor Presidente, é a maior mentira que você pode dizer nesse setor. Olha, eu sou um homem que como Vereador que fui durante nove anos na minha cidade, três vezes Prefeito, vi todos os parques industriais daquela cidade nascerem, me considero um alavancador dessa industrialização que fizemos do nosso município: que se não fosse isso seria simplesmente um dormitório de Apucarana, de Londrina, de Maringá, ou das cidades vizinhas. Nós, com a nossa capacidade de ver o amanhã antes dele chegar, nós industrializamos a nossa cidade. Sete parques industriais estão lá, sou responsável pelas minhas administrações, vamos dizer por 6.7, mesmo que os meus inimigos não queriam assim reconhecer, mas eu me lembro quando nós fomos atrás dos lavradores para que aqueles, de posse de um terreno dado pelo Poder Público Municipal, pudessem colocar ali a família para iniciar os projetos industriais, que iniciamos naquela cidade. Logicamente que não fiz nada sozinho, longe de mim, mas vi como é que nasce um parque industrial, vivi com as vitórias que foram conquistadas. Então, não é dessa maneira epidérmica, falaciosa, superficial, postíça, que se transforma uma sociedade. Eu inclusive fiz um repto ao Governo do Estado na época e ao Prefeito Municipal que nessas praças de alimentação, no dia que elas fossem inauguradas, e dei um ano de prazo para que isso acontecesse, nós, com as nossas precariedades, daríamos um jeito de pagar a alimentação de todo mundo. Mas tem docas, tem museu, docas ao lado do museu, mas eu me lembro também que doca no dicionário é aquele que tem um olho só, eu não sei se tiveram três olhos, olhando principalmente para o pleito que iria se ferir, ou se estavam longe da realidade que é o nosso interior. As coisas precisam ser trabalhadas, precisam ser levantadas, é preciso que você faça uma radiografia, como se a sociedade, como se a cidade fosse o corpo de nós mesmo de posse dessa radiografia; você então vai achar o remédio para curar a doença se ela existir, ou para você vitaminar essa realidade para ela progredir.

Senhor Presidente, gostaria de conceder um aparte ao Deputado que há longos minutos me solicitou.

### O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Waldyr Pugliesi, quero me congratular com V.Exa. neste brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje, e me reportar apenas e tão somente para não me alongar a uma questão anali-

sada por V.Exa. falou a respeito dos benefícios ao Banco Marka e ao Banco Fontecindan.

Ontem, quando fui entrevistado pelo programa do Deputado Algaci Túlio, colocava a minha preocupação com referência a esses dois atos praticados no dia de ontem, um deles com a participação do Governador Jaime Lerner.

O Governador Jaime Lerner foi a Brasília para assinar um convênio, onde ele estabeleceu com o Governo Federal uma parceria para a agilização da reforma agrária do Estado do Paraná.

A mim me parece que o Governo Federal mais uma vez está passando a batata quente, o abacaxi, o cavalo de Tróia ao Governador do Estado do Paraná, como em tantos outros assuntos que assim já procedeu o Governo Federal em relação ao Governo do Estado em relação aos municípios. A parte problemática da reforma agrária continuará com o Estado e os recursos necessários à reforma agrária, ao que nos parece, continuarão faltando e continuarão, ao invés de serem destinados à reforma agrária, ao apenas e tão somente setor financeiro.

Veja V.Exa. que também no dia de ontem, iniciou-se, segundo as palavras do Governo Federal, as ações efetivas do Banco da Terra, que prevê o financiamento para pequenos produtores, meeiros, parceiros e arrendatários, com experiência e vivência na agricultura há mais de cinco anos, permitindo a eles a aquisição de um determinado lote, área de terras para poder, enfim, se processar a reforma agrária, também através desse mecanismo. Para o Banco da Terra, que é para amenizar o problema social decorrente da falta de terra na mão de quem precisa para trabalhar, que são os agricultores e trabalhadores rurais, para ele o Governo Federal atribui 218 milhões, para o Banco Marka, para o Banco Fontecindan mais de um bilhão de dólares.

Por aí a gente vê com clareza do lado que está e que se privilegia e se beneficia com as ações do Governo Federal. E, lamento que as coisas aconteçam desse jeito. Porque aqui na Assembléia no mandato iniciado em 91 e que concluiu em janeiro de 95, foi aprovado a Lei Agrícola Estadual do Paraná e lá também estava prevista a possibilidade de se criar um crédito fundiário, justamente para atender a essa necessidade de financiamento e aquisição de terras para quem quer realmente ter terra para trabalhar.

Essa medida de instituir o Banco da Terra deve ser louvada, mas ao mesmo tempo que a enalteçamos temos que, com clareza, mostrar a nossa preocupação e descontentamento, porque o Banco da Terra, que vai cuidar dos interesses da reforma agrária, se dá 218 milhões e para o Banco Marka e o Banco Fontecindan se dá mais de um bilhão de reais, mostrando que o governo joga firme e forte

em favor apenas dos poderosos e do sistema financeiro.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Orlando Pessuti, agradeço o aparte de V.Exa., que vem enriquecer este modesto pronunciamento.

Temos uma radiografia clara das ações do Governo no setor da reforma agrária. Posso até dizer que vivi isso, era militante político, sem mandato, mas ativista, na época. Quando se tocou no problema da reforma agrária é que essa aliança de latifundiários do grande capital financeiro, com um aparato policial militar nunca visto, foi nessa hora que desencadearam o golpe de 64.

Estou vendo, com preocupação, as coisas que estão se delineando, neste País, daqui a pouco vamos ver o grande debate, me parece, em relação ao Parlamentarismo, que acho que até seria uma saída para o Brasil, porque se esgota a possibilidade do terceiro mandato do atual Presidente da República. É preciso que tenhamos em mente que as coisas que estão acontecendo no País, a continuarem da maneira que caminham, não sei onde iremos aportar.

O DIEESE faz um levantamento e aponta, estamos chegando em 19% de desempregados em relação àqueles que podem trabalhar. Este é um quadro explosivo e é preciso que tanto o Governo Estadual quanto o Federal possam apurar os ouvidos, que têm sido moucos até agora, e ouvirem o ribombar do descontentamento, que está cada vez maior, nos bairros, nas ruas, nos sítios, nas fazendas!

Nós, quando estivemos em Brasília fazendo a nova Constituição, garantimos o direito à propriedade privada, ela está garantida ali! Não somos favoráveis a que se fira a lei para se conquistar alguma coisa, mas é preciso que se faça uma diferença entre aquilo que é ocupação e aquilo que é invasão. Porque a classe dominante não está querendo perder nem os anéis, ela quer cada vez mais reforçar o seu poder de fogo. E nós, entre os quais me situo, da esquerda brasileira, estamos muito preocupados com esta pintura que está se fazendo através de governantes que não cumprem as suas obrigações, no exato momento, ou aqueles que não querem ver a realidade que está aí.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti)

A Mesa anuncia, a pedido da Deputada Serafina Carrilho, que se registre a presença da Senhora Maria do Rocio, Presidente da Fundação de Desenvolvimento e Ação Social de Maringá.

.O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando seja incluído o nome do signatário na composição do Bloco Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa, conforme requerimento nº 270, apresentado em Sessão Plenária no dia 16 de março do corrente ano. À **Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 01

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre recursos mencionados na Lei nº 12.418, de 15/01/99 (Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/99, de autoria do Deputado Edson Praczcyc, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro no município de Curitiba.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 071/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social, com sede e foro na Cidade de Palmital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14, de 15.03.99).**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/99, de autoria da Comissão Executiva. Ficam suspensos

pelo Poder Executivo os acordos, contratos, convênios e quaisquer outros incentivos fiscais ao grupo SONAE radicados no Estado do Paraná.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01,  
AO SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/99**

Art. 1º - Ficam suspensos os benefícios fiscais concedidos, por ato do Poder Executivo, às empresas pertencentes ao Grupo SONAE.

Parágrafo Único - As Secretarias do Estado da Fazenda, da Saúde, Meio-Ambiente e Recursos Hídricos e da Agricultura e do Abastecimento deverão designar auditores e/ou funcionários para fiscalizarem as empresas pertencentes ao Grupo SONAE, para constatarem o atendimento dos dispositivos legais atinentes, inclusive aos que definem condições para a obtenção dos benefícios fiscais, ora suspensos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Antonio Baratter, Luiz Carlos Alborghetti e Cesar Seleme.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, sem encerrar a discussão.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/99, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, imóveis situados na Avenida Visconde de Guarapuava e Rua Coronel Dulcídio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 002/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, os imóveis de propriedade do Estado, situados na Avenida Visconde de Guarapuava e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital, objeto dos Registros nºs 12.671, do Livro 3-D, do Cartório da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba e 54.955, do Livro 3-

BA, da 6ª Circunscrição Imobiliária da mesma Comarca.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior, serão exclusivamente utilizados para sede e instalação de serviços do Instituto Paranaense de Cegos, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se automaticamente sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a Cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direito a ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.02.99.

(a) PODER EXECUTIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 02/99**

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, imóveis situados na Avenida Visconde de Guarapuava e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSES LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR, com sede e foro no Município de Cambará. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 045/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR, com sede e foro no Município de Cambará - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos, com sede e foro no Município de Reserva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 048/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos, com sede e foro no Município de Reserva - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma do Substitutivo Geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/99, de autoria do Deputado Moisés Leônidas e outros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Deputado Iosio Antônio Ueno. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 10.03.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 065/99

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 065/99, de autoria do Deputado Moisés Leônidas e outros, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao "Deputado Iosio Antonio Ueno".

A proposição respeita os critérios da constitucionalidade e legalidade, não havendo, nesses aspectos, impedimento à sua tramitação.

O nobre homenageado há muitos anos ocupa destacado papel nas relações do Brasil com o Japão, motivo pelo qual a outorga do referido título é justa e merece o apoio de todos os membros desta Assembléia. Nada mais correto do que enaltecer os cidadãos que contribuem para o desenvolvimento do Paraná, com competência reconhecida internacionalmente.

Tendo em vista correção apenas de técnica legislativa, apresentamos o substitutivo apenso, incluindo o pronome de tratamento dispensado a autoridades.

Portanto, o parecer é favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 065/99, com o respectivo substitutivo.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 065/99

Art. 1º - Fica concedido do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Iosio Antonio Ueno.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoio:

Hermes Fonseca, Nereu Moura, Caíto Quintana.

## ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 075/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente.

Queria apenas registrar nesta Casa - pelas negociações que estão em andamento, dos Deputados, pronunciamentos... - a presença dos comerciantes, empresários, trabalhadores, vindeiros da região da Usina de Salto Caxias. E que essa presença demonstra inclusive o grau de politização e respeito aos Poderes constituídos desses companheiros da Região Oeste e Sudoeste do Paraná, a despeito do que muitos dizem, por terem estado ontem aqui nesta Casa, hoje - e Vossa Excelência percebe que encerra-se a reunião e o respeito é o maior a esse Poder.

Esperamos que também sejam esses nossos companheiros tratados com o mesmo respeito que tem dedicado aos Poderes constituídos do Estado.

Muito obrigado!

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 483, de autoria do Senhor Deputado Edson Praczik, com apoio dos Senhores Deputados Chico Noroeste, Renato Gaucho, Serafina Carrilho e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço para discutir o Requerimento, porque não entendi a sua leitura.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

(**Lê novamente o requerimento**).

O Delegado José Tadeu Inocência Bello, do Município de Dois Vizinhos, seja substituído e que se tomem providências rigorosas, porque um Pastor foi fazer uma visita a um detento, e esse Delegado praticou, na oportunidade, um ato de discriminação contra este Pastor. O pastor foi humilhado pelo Delegado de Polícia.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agora entendi o requerimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento não sujeito a votação.

Será encaminhado ao Secretário de Segurança.

Requerimento nº 531, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 451, 471, 499, 510 e 531-A, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 511, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. O requerimento será encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes.

Requerimento nº 512, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 459 e 513 de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 516 e 519, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 442 e 520, de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 500 e 522, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 524, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 447 e 525, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 443 e 467, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 450 e 466, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Requeiro ao Deputado Edgar Bueno que retire esse requerimento por estar com as informações em mãos para prestar ao Sr. Deputado.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de informar que me sinto satisfeito com a informação que recebi.

Portanto, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

**Retirado o requerimento.**

Requerimento nº 470, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, temos as informações a serem prestadas ao Deputado Braz Palma. É a segunda vez que tenho aqui as informações, mas por ele não estar presente gostaria que fosse retirado esse requerimento para a próxima sessão com a presença do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Transfiro para a sessão de amanhã.

Requerimento nº 491, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 521, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 514, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, o requerimento que Vossa Excelência encaminhou para amanhã, acho que há um pequeno equívoco. gostaria de solicitar à Mesa a discussão. Porque se for transferido para amanhã, não tenho mais regimentalmente possibilidade de discutí-lo. Gostaria que fosse votado hoje e que pudesse expor as argumentações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Infelizmente sou obrigado a transferir para amanhã.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de sugerir ao Deputado Valdir Rossoni, porque me parece que ele já tem as informações. Se o senhor tem as informações que estou solicitando nesses dois requerimentos, abro mão dos requerimentos e o senhor poderá me passar as informações.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Com a permissão do Presidente, tenho aqui todas as informações a serem prestadas ao ilustre Deputado Edgar Bueno. Assim poderia ser retirada o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

**Requerimento retirado.**

Requerimento nº 515, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 479, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 526, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Tanto para encaminhar como para discutir transfiro para amanhã.

Requerimento nº 372, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está em fase de votação, a votação tem que ser hoje. Vossa Excelência pode encaminhar a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, da mesma forma como outro Requerimento do Deputado Divanir Braz Palma, nós temos todas as informações. E ele não se encontra em Plenário. Gostaria de requerer a Vossa Excelência a retirada do Requerimento, para que eu possa prestar as informações para o Deputado. Se ele ficar satisfeito, assim ele poderá retirar o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento em fase de votação não pode ser adiado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então votamos.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Os Senhores que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

"A Inês é morta".

Requerimento aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Mas para mim "a Inês não está morta".

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Mas para mim que presido os trabalhos está.

A lei não protege quem dorme.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente está se tornando difícil a forma com que é colocado os requerimentos em votação. Eu falo para V. Exa. que fica difícil você interpretar ou entender como é que está sendo colocado o requerimento. Não sei se hoje estou num dia não lúcido, mas quero dizer a V. Exa., que não dormi. Mas vou aceitar a posição de Vossa Excelência pelo respeito que tenho a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência sempre está lúcido.

Requerimento nº 441, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 445, 472, 473 e 531-B de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 452, 453, 454, 492, 504 e 505, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 461 e 517, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 462, 463, 464, 485, 486, 487, 488 e 489, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 465 e 481, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 530, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Ademir Bier, Waldir Pugliesi e Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 493, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 496 e 497, de autoria do Sr. Deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 498, de autoria do Sr. Deputado Waldir Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 501, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 518, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 528, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 432, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, o Governo do Estado realizou uma obra na costa oeste do Paraná, na região de Foz do Iguaçu na região dos municípios lindeiros ao lago formado pela Usina de Itaipu. ocorre que há



um processo judicial de que uma das empreiteiras recebeu do Banco do Estado do Paraná, perto de 9 milhões de reais, sub-empreitou a obra, não pagou a sub-empreitada e recebeu dinheiro e a obra não foi feita, acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deve exercer o seu poder de fiscalização em que muito se leve em conta por esse clima de fiscalização que hoje os Poderes Legislativos no Brasil inteiro estão procedendo. Se há uma irregularidade cometida pela empreiteira, pela sub-empreiteira ou pelo Comitê que organizou os jogos da natureza, eu acho que devemos esclarecê-lo.

Por isso esse requerimento é para que a Secretaria de Esporte e Turismo envie à Assembléia os descritivos e respeito das obras feitas e dos contratos realizados pela empresa de Itajuí. Se nós tivermos essa documentação, podemos esclarecer quaisquer dúvidas que possam existir a respeito desse contrato e da realização dessa obra. Peço o voto dos deputados para que a Assembléia Legislativa possa exercer o seu papel fiscalizador porque são 9 milhões de reais e é uma soma de recursos muito significativa e que se foram desviados e para beneficiar este ou aquele empreiteiro, eu acho que é um dever do Estado do Paraná corrigir essa distorção e procurar com que os recursos sejam resarcidos se assim for devido aos cofres públicos do Estado do Paraná.

As pessoas sofrem por falta de saúde, por falta de escola, as prefeituras abandonadas, o campo abandonado e seria importante que o governo do Paraná primasse pelas transparências nas questões públicas do nosso Estado.

Peço o voto da Bancada que apóia o governo do Estado na aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação.

Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os que aprovam, queiram levantar-se.

Onze Senhores Deputados aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove.

Rejeitado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer um apelo a esta Casa e em especial ao Líder do Governo e a V.Exa., para que se interceda junto à Secretaria da Educação e da Secretaria da Fazenda no sentido de ser regularizado o

repasso de recursos às APAES., porque os repasses estão atrasados e os funcionários e professores das APAES estão com seus pagamentos em atraso, porque o governo do Estado não está repassando o que deve às APAES do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão, e solicita ao Senhor 1º Secretário que anuncie a Ordem do Dia para a próxima Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, vou passar ao Deputado Orlando Pessuti as informações que eram compromissos desta Liderança sobre a questão da concessão das rodovias enviada pelo Secretário dos Transportes. Entrego neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa anuncia para 3ª feira o Projeto 43/99 - Fundo de Previdência - terça-feira dia 20.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)

Em nome do Deputado Anibal Khury e em nome do Deputado Ricardo Maia a presença do vereador José Mineiro da cidade de Dr. Camargo, seja bem vindo a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15 às 10:00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002, 003, 045, 048, 065, 072, 075, 117, 121, 131 e 132/99.

DISCUSSÃO ÚNICA - dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 010/98, 003 e 004/99.

Levanta-se a sessão.

### Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 174/99

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1866/98, de 09 de março de 1998, deste Poder:

R E S O L V E :

retificar, o Ato da Comissão Executiva de nº 226/98, que passará ter a seguinte redação:  
conceder, aposentadoria, a pedido, a MARCOS CAMARGO DE LIMA, mat. nº 40.430, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 35, inciso III, letra "c" da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais a seu cargos efetivo; e mais dois (02) quinquênios, de acordo com o art. 170 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 33, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.99.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

### R E S O L V E :

retificar a Portaria nº 63/98, que passará a ter a seguinte redação:

1º - mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de MARCOS CAMARGO DE LIMA, matrícula 40.430, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de um 01 (um) anos, dez (10) meses e onze (11) dias de serviço militar, conforme Certidão nº 070342, do Ministério da Aeronáutica, de acordo com o art. 130, inciso II, da Lei nº 6.174/70;

2º - para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 35, parágrafo 5º da Constituição Estadual, o tempo de vinte (20) anos e onze (11) meses, em que exerceu atividade privada, conforme Certidão do INSS, em anexo, sendo: de 03.02.53 a 07.01.56, em SANTOS E CIA LTDA, compreendendo dois (02) anos, onze (11) meses e cinco (05) dias; de 01.08.63 a 17.01.73, na RFFSA, resultando

em nove (09) anos, cinco (05) meses e dezessete (17) dias; de 01.03.74 a 22.04.74, somando um (01) mês e doze (12) dias, na KATRO S/A, como autônomo, nos períodos de 01.10.75 a 31.10.75, por um (um) mês; de 01.07.78 a 31.05.79, resultando em onze (11) meses, de 01.07.79 a 30.11.79, por cinco (05) meses; de 01.01.80 a 31.01.80, compreendendo um (01) mês; de 01.03.80 a 30.06.80, por quatro (04) meses; de 01.08.80 a 31.03.82, por um (01) ano e oito (08) meses; de 01.05.82 a 31.08.82, por quatro (04) meses; de 01.01.83 a 31.01.83, por um (01) mês; de 01.07.83 a 30.06.84, por um (01) ano, e na Prefeitura Municipal de Curitiba, de 05.11.84 a 01.05.88, data de sua admissão nesta Casa, e já descontado o tempo em paralelo, por três (03) anos, cinco (05) meses e vinte e seis (26) dias;

3º - para todos os efeitos legais, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, o tempo de seis (06) meses, referentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 1866/98)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 06.04.99

### PORTARIA Nº 25/99

colocar, à disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, José Eduardo Pizzetti, para prestar serviços junto a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, durante o exercício de 1999, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 3341)

### PORTARIA Nº 26/99

colocar, à disposição do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, Thirsa Rita Rossi Tirapelle, matrícula nº 40463, até 31 de dezembro de 1999, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.04.99

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral